



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**BALANÇO DOS 04 ANOS DO PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO
2015-2019**



Maputo, Fevereiro de 2019

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	3
LISTA DE QUADROS	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PQG	7
1.2 OBJECTIVOS.....	8
1.3 METODOLOGIA	8
II. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES POR PRIORIDADE E PILAR DO PQG	10
3.1 PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, PAZ E SOBERANIA.....	10
3.2 PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL.....	17
3.3 PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE.....	27
3.4 PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS	41
3.5 PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE	63
PILAR 1: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	72
PILAR 2: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL.	78
III. ANÁLISE GERAL DO DESEMPENHO	88
4.1 DESEMPENHO MACROECONÓMICO.....	88
4.2 DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PQG 2015-2019	93
4.3 DESEMPENHO DOS INDICADORES DAS ACÇÕES ESTRATÉGICAS	94
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
V. LIÇÕES APRENDIDAS COM A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIA DO PQG 2015- 2019	96
VI. MATRIZ DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ACÇÕES PRIORITÁRIAS DO PQG POR PRIORIDADE E PILAR.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
5.2.1 <i>PRIORIDADE 1: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, PAZ E SOBERANIA.....</i>	<i>Error!</i>
5.2.1 <i>Bookmark not defined.</i>	
5.2.2 <i>PRIORIDADE 2: DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO E SOCIAL</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
5.2.2 <i>Bookmark not defined.</i>	
5.2.3 <i>PRIORIDADE 3: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE.....</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
5.2.4 <i>PRIORIDADE 4: DESENVOLVER INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS.....</i>	<i>Error!</i>
5.2.4 <i>Bookmark not defined.</i>	
5.2.5 <i>PRIORIDADE 5: GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE.....</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
5.2.6 <i>PILAR I: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
5.2.7 <i>PILAR 2: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL.....</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>
5.2.7 <i>PILAR 3: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....</i>	<i>Error! Bookmark not defined.</i>

LISTA DE ABREVIATURAS

ATM	Caixa de Pagamento Automático
BAU	Balcão de Atendimento Único
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTTDH	Centro de Transferências de Tecnologias para o Desenvolvimento Humano
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EUA	Estados Unidos da América
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GPJ	Gabinete do Provedor de Justiça
GRC	Gestão do Risco de Calamidades
HLLN	História da Luta de Libertação Nacional
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPI	Instituto de Propriedade Industrial
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MTPA	Milhões de Toneladas por Ano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
OCI	Órgão de Controlo Interno
OE	Orçamento do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR's	Poupança e Créditos Rotativos
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLA's	Planos Locais de Adaptação
PME's	Pequenas e Médias Empresas
POS	Pontos de Venda
PQG	Programa Quinquenal do Governo
REN	Rede Eléctrica Nacional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SISFLOT	Sistema de Informação de Gestão de Florestas e Fauna Bravia
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UA	União Africana

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Promover o Sistema Educativo Inclusivo eficaz e eficiente	19
Quadro 2: Expandir o acesso e Melhorar a qualidade dos serviços de Saúde	20
Quadro 3: Aumentar a provisão e acesso ao serviços de abastecimento de água e saneamento	24
Quadro 4: Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas	25
Quadro 5: Promover a igualdade de género e participação juvenil.....	26
Quadro 6: Aumentar a produção e produtividade e industrialização	37
Quadro 7: Promover e cadeia de valor	39
Quadro 8. Informação sobre Pontes	54
Quadro 9: Desenvolvimento de infra - estruturas económicas e sociais.....	56
Quadro 10: Desempenho dos indicadores da prioridade V	69
Quadro 11. Desempenho dos indicadores do pilar I	75
Quadro 12. Desempenho dos Indicadores do Pilar II: Promover um ambiente macro económico equilibrado e sustentável	82
Tabela 13. Indicadores Macroeconómicos (2014-2018).....	88
Tabela 14: Evolução da Economia da SADC (2014-2017).....	90
Tabela 15. Preços Médios das Principais Mercadorias (USD) Vs Exportações e Importações (Milhões USD).....	91
Tabela 16: Indicadores Primários de Convergência Macroeconómica da SADC.....	92
Tabela 17: Indicadores Secundários de Convergência Macroeconómica da SADC.....	93
Quadro 18. Avaliação Geral de Desempenho	93
Quadro 19. Avaliação Geral de Desempenho por Prioridade e Pilar	94
Quadro 20. Desempenho dos Indicadores das Acções estratégicas	95

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente documento “Balanço dos 04 Anos do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, avalia os progressos da implementação da acção governativa na base dos progressos registados nos 04 anos de implementação do PQG, com vista identificar os principais produtos gerados e os resultados alcançados, bem como obter ilações e fundamentos para orientar a programação do próximo quinquénio.
2. Nos 04 anos de governação, o PQG, foi implementado num contexto de choques externos e restrições de acesso ao financiamento externo. As adversidades internas e externas exigiram a implementação de políticas monetária e fiscal restritivas, que asseguram uma estabilidade macroeconómico interna e externa.
3. Com vista a consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania, destacam-se como principais acções realizadas: realização de encontros entre o Governo e distintas personalidades nacionais da arena política, sociedade civil, académicos, antigos dirigentes e proeminentes individualidades; a criação e operacionalização do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, tendo sido financiados 1,725 projectos de geração de renda para os combatentes e a assistência a moçambicanos no exterior, em particular as vítimas de xenofobia e deslocados devido a tensão político militar.
4. No Desenvolvimento do Capital Humano e Social é de destacar: i) a contratação de 30,279 novos professores, o que permitiu cobrir mais de 16 milhões alunos e melhoria do rácio aluno professor; ii); disponibilização de 349,276 carteiras em todo o país; iii) construção de 3,004 salas de aulas; iv) colocação de 10,294 profissionais nas diferentes instituições do Sistema de Saúde; v) conclusão da construção e entrada em funcionamento do Hospital Central de Quelimane, conclusão da construção do Hospital Distrital de Mapai em Gaza e Manhica em Maputo e de 16 Centros de Saúde do Tipo II; vi) construção de 7,109 e reabilitação de 4,719 fontes dispersas de água, alargando o acesso ao precioso liquido a 3,548,400 consumidores adicionais; e vii) assistência a 917,376 agregados familiares, suprimindo-os com benefícios que permitem melhorar o seu nível de sustento.
5. Na prioridade referente à Promoção do Emprego e Melhoria da Produtividade e Competitividade são destacadas as seguintes acções: i) aquisição e disponibilização de 523 autocarros e 70 carruagens do transporte ferroviário, para o transporte público de passageiros; ii) alocação de 1,490 tractores para a mecanização agrícola; iii) motorização de 761 embarcações; iv) implantação de uma Vila Sustentável em Molumbo, na Zambézia para difusão de tecnologias que beneficia mais de 62,000 pessoas; v) disponibilização de 25 unidades móveis de formação profissional; e vi) operacionalização de 40 mercados de peixe.
6. Relativamente ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Económicas e Sociais, destacam-se as seguintes acções: i) electrificados 06 Sedes Distritais (Derre, Marara, Mulumbo, Doa, Mulevala e Luabo) através da REN e 64 Vilas, através de sistemas solares; ii) início das obras de construção da barragem de Moamba Major; iv) construção de 6 represas para minimizar o efeito de escassez de água; Reabilitação de 2,666 km’s e asfaltagem de 593 km’s de estradas nacionais e regionais, e

1,819 km de estradas terciárias e vicinais de acesso as zonas com grande potencial agrícola. Destaca-se ainda a construção do Hospital Distrital de Mapai, em Gaza, conclusão da ampliação do Hospital Geral de Mavalane e do Instituto de Ciências de Saúde de Maputo em Infulene; v) conclusão da reabilitação da linha férrea Cuamba-Lichinga, e reconstrução da ponte ferroviária de Boane.

7. No que concerne a necessidade de assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais, destaca-se a regularização de 614,096 parcelas de ocupantes de boa-fé e registadas no Sistema de Gestão de Informação de Terras; ii) delimitação de 1,400 comunidades em cerca de 9.2 milhões de hectares; iii) elaboração de 9 instrumentos de ordenamento territorial; iv) repovoamento do Parque Nacional do Zinave e a Reserva Especial de Maputo com diversas espécies, entre elefantes, pivas, facoceros, changos, zebras, cocones e impalas, totalizando 1,228 animais.
8. O desempenho dos indicadores macroeconómicos nos primeiros 4 anos de governação aponta para um crescimento médio de 4.4%, contra a média de 7 a 8% prevista no PQG 2015 - 2018 e a inflação média nos 4 anos foi de 10.6%, contra a meta quinquenal de 1 dígito.
9. De uma forma geral, o grau de cumprimento das metas de 91 indicadores do PQG 2015-2019, indica que na base da realização dos primeiros 4 anos, 46% das metas tem um progresso satisfatório, ou seja, as metas poderão ser atingidas; 14% das metas registaram um desempenho razoável, havendo potencialidades para o seu cumprimento; 30% das metas apresentam uma realização baixa, representando um risco de incumprimento.
10. A racionalização das despesas de funcionamento em todos os sectores e a focalização do investimento nas áreas chave e nas acções que visam a aceleração do PQG, permitiu reverter o ritmo lento de realização do Programa, que se observou nos primeiros 02 anos.
11. A Consolidação da Unidade Nacional, a Paz e Soberania constitui um resultado fundamental alcançado na presente governação, condição imprescindível para a estabilidade económica, política e social.

I. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PQG

12. O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019, aprovado pela resolução n.º 12/2015 de 14 de Abril, tem como objectivo central “melhorar as condições de vida do Povo Moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos”.
13. O PQG 2015-2019 define 5 prioridades de governação para o quinquénio, designadamente: (i) Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania; (ii) Desenvolver o Capital Humano; (iii) Promover o emprego e melhorar a produtividade e a competitividade; (iv) Desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais e (v) Assegurar a gestão sustentável e transparente dos Recursos Naturais; as quais são alicerçadas pelos seguintes pilares de apoio: (i) Consolidar o estado de direito democrático; (ii) Promover um ambiente macro-económico equilibrado e sustentável; e (iii) Reforçar a cooperação internacional).
14. Os primeiros 2 anos da implementação do PQG foram condicionados pela ocorrência de por diversos factores adversos, sendo de realçar: (i) Tensão político-militar, que influenciou negativamente a actividade económica e social, e a realização de investimentos; (ii) Ocorrência de calamidades naturais, com maior realce para as cheias e inundações nas zonas centro e norte, ciclones, seca e estiagem, na zona sul; (iii) Suspensão do apoio directo dos parceiros, na modalidade de Apoio Geral ao Orçamento e apoio a projectos; (iv) Redução do Investimento Directo Estrangeiro; e (v) Depreciação do Metical e Redução das Reservas Internacionais Líquidas; (vi) Aumento do serviço da dívida pública externa.
15. Estas adversidades, no geral, condicionaram o desempenho da acção governativa, o que exigiu do Governo a tomada de medidas para a consolidação da Paz condição imprescindível para a estabilidade económica interna. Igualmente, o Governo implementou medidas de austeridade e maior coordenação de políticas monetárias e fiscal com vista a regulação de liquidez nos níveis adequados para a estabilização do metical, focalização do investimento em áreas chave, por forma assegurar a sustentabilidade orçamental, controlo e redução de riscos fiscais.
16. Como corolário da medidas tomadas, a conjuntura económica, política e social actual mostra-se favorável para a recuperação gradual da economia, fundamentalmente devido aos seguintes factores:

- i. Manutenção da paz e da estabilidade política e social;
 - ii. Franca recuperação da economia e do tecido social dos impactos das calamidades naturais;
 - iii. Estabilidade macroeconómica interna e externa, traduzida pela desaceleração da inflação e estabilidade do Metical, contrariando a tendência registada no ano 2016, caracterizada pelo fortalecimento do dólar no mercado internacional;
 - iv. Redução dos custos de investimentos com a redução generalizada das taxas de juro.
17. Por forma a se assegurar maior eficácia na acção governativa, o PQG apresenta indicadores de produto e de resultado e as respectivas metas quinquenais. É neste contexto que volvidos quatro anos de implementação do PQG 2015-2019 e decorrente da necessidade de se aferir o grau de execução do programa, é elaborado o presente balanço que avalia os progressos da implementação do PQG 2015-2019 nos 04 anos, destacando os principais produtos gerados, os resultados alcançados, os factores de sucesso e os constrangimentos e desafios existentes, por forma a tirar-se ilações e criar-se a base de programação para o próximo quinquénio.

1.2 OBJECTIVOS

18. O objectivo geral do presente balanço é avaliar o desempenho da acção governativa na base dos progressos registados nos 04 anos de implementação do PQG.
19. Especificamente o presente relatório tem os seguintes objectivos específicos:
- i. Sistematizar através da informação do Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) de 2015 a 2018, as principais realizações, produtos e resultados dos 04 anos de implementação do PQG-2015-2019.
 - ii. Avaliar o grau de cumprimento das metas definidas na matriz de indicadores do PQG 2015-2019.
 - iii. Obter ilações e fundamentos para orientar a programação do próximo quinquénio.

1.3 METODOLOGIA

20. A elaboração do presente balanço seguiu os seguintes estágios:
- **Consulta dos instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação disponíveis**, em particular o PQG, com vista a alinhar os principais objectivos estratégicos e as realizações por prioridade e pilares de suporte. A informação de base para o balanço são os relatórios anuais do BdPES (2015 a 2018) incluindo relatórios de monitoria territorial, os relatórios de avaliação e os resultados de inquéritos e outras informações relevantes, providenciadas pelo Instituto Nacional de Estatística durante o período de implementação do PQG, bem como outros documentos e estudos relevantes para a avaliação do PQG.
 - **Sistematização, análise e actualização da informação do Balanço dos primeiros 02 anos do PQG**, através do registo das principais realizações, produtos e resultados por cada objectivo estratégico definido nas prioridades e pilares do PQG, tendo como critérios: volume de

recursos para a sua efectivação, número de beneficiários abrangidos ou magnitude das transformações e ou mudanças geradas.

Para permitir melhor visualização do grau de implementação das acções estratégicas do PQG 2015-2019, o ponto de situação de cada acção é apresentado em formato matricial, sendo que o estágio da implementação da acção é classificado em uma das 03 categorias:

Verde: Acção concluída;

Amarelo: Acção em curso;

Vermelho: Acção iniciada ou Paralisada.

- **Avaliação de desempenho dos indicadores da matriz do PQG 2015-2019**, feita na base do grau do cumprimento das metas de 89 dos 91 indicadores de produto e de resultado constantes no Programa, os quais apresentam as metas programadas para o final do quinquénio, a referência do ano base 2014, período que antecedeu o início do quinquénio, e a informação de progresso registado de 2015 a 2018.

21. Os indicadores do PQG consistem em 2 grandes grupos, designadamente (i) indicadores com metas agregadas a partir do ano Base, em que a meta (compromisso) do quinquénio é medido pela diferença entre a meta projectada para o final do quinquénio e a base de partida no início do Programa (Base 2014), sendo que nesses casos pretende-se o aumento ou a diminuição da situação descrita pelo indicador no ano base, e o grau de realização em percentagem determina-se pela fórmula seguinte:

(i) ***Avaliação de indicadores com metas agregadas a partir do ano Base***

$$\text{Grau de Realização (\%)} = \frac{\text{Realização Acumulada Até 2018} - \text{Base 2014}}{\text{Meta 2019} - \text{Base 2014}} \times 100$$

22. A segunda categoria de indicadores apresenta as metas dissociadas do ano Base, em que a meta do ano de partida (Base 2014), não tem qualquer influência na análise do desempenho do período em avaliação, sendo que neste caso, a Base 2014 representa apenas uma referência estatística e base de programação, e o grau de realização em percentagem é obtido através da fórmula seguinte:

(ii) ***Avaliação de indicadores com metas dissociadas do ano Base***

$$\text{Grau de Realização (\%)} = \frac{\text{Realização Até 2018}}{\text{Meta 2019}} \times 100$$

23. A realização de 2015 até ao ano 2018 pode ser obtida pela soma ou média das realizações dos anos anteriores, consoante o caso.

24. Na avaliação do desempenho, o grau de realização dos indicadores do PQG inclui uma avaliação qualitativa com recurso a um código de cores (semáforo), que serve de alerta sobre o progresso da implementação do PQG rumo ao cumprimento da meta do quinquénio.

25. Assim, para a avaliação de desempenho foram considerados os seguintes parâmetros de avaliação consoante o período em análise:

i. Avaliação do desempenho registado nos 04 anos

- **Verde**: realização igual ou superior a 80%;
- **Amarelo**: realização entre 50% a 79%;
- **Vermelho**: realização igual ou inferior a 49%.

26. O documento está estruturado em oito capítulos, sendo o primeiro a Introdução. O segundo capítulo sistematiza as principais realizações, produtos e resultados por prioridade e pilar. No terceiro capítulo é efectuada a análise geral do desempenho do PQG por prioridades e pilares, cuja análise é feita na base do comportamento dos indicadores definidos na Matriz do PQG e no grau de implementação das acções estratégicas. O quarto capítulo apresenta as lições aprendidas com a monitoria da implementação do PQG 2015-2019 e o quinto e último capítulo apresenta, na forma matricial, o balanço da implementação das acções estratégicas do PQG.

II. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES POR PRIORIDADE E PILAR DO PQG

27. Neste capítulo são apresentadas as principais realizações por prioridade e pilar do PQG.

3.1 PRIORIDADE I: CONSOLIDAR A UNIDADE NACIONAL, PAZ E SOBERANIA

28. Enquadrado no objectivo estratégico (i): *Defender e consolidar a Unidade Nacional e a cultura de paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural*; destacam-se as seguintes acções:

- Realização de encontros entre o Governo e distintas personalidades nacionais, da arena política, sociedade civil, académicos, antigos dirigentes e proeminentes individualidades.
- Operacionalização do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional tendo sido financiados 1725 projectos de geração de renda para os combatentes.
- Assistência a moçambicanos no exterior, em particular as vítimas de xenofobia e deslocados devido a tensão político militar.
- Realização da Gala de Lançamento da Celebração de 40 anos da Independência Nacional e lançamento da Chama da Unidade Nacional em Cabo Delgado (Moeda, Namatil), que permite a elevação da consciência patriótica e do espírito de cidadania e Unidade Nacional.



Lançamento da Chama da Unidade Nacional: Cabo Delgado

29. No contexto do fortalecimento da consciência patriótica e reforço da unidade nacional e exaltação da moçambicanidade, realça-se ainda a realização do IX Festival Nacional da Cultura em 2016 nas Cidades da Beira e Dondo, tendo participado cerca de 100 mil artistas nacionais, realização do X festival da Cultura em 2018 na Província de Niassa, cidade de Lichinga, tendo participado cerca de 968 grupos culturais e 111.320 artistas dos quais 56.659 mulheres, bem como a realização das fases Distritais, Provinciais de Jogos Tradicionais abrangendo 6,776 participantes dos quais 2,497 mulheres, que culminaram com a realização do IV e V Festival Nacional dos Jogos Tradicionais em 2016 e 2018, nas Cidade de Chimoio e Município da Ilha de Moçambique.
30. Ainda no âmbito da consolidação da unidade nacional, paz, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural foram realizados torneios desportivos com destaque para o Festival BEBEC, a Copa Coca-Cola, Campeonatos Nacionais de Futebol (Moçambola), Basquetebol, Voleibol, Andebol, entre outros, envolvendo um total de 879.947 atletas e praticantes à escala nacional e disponibilizadas 18.806 bolas no âmbito do programa “Bolas para os Distritos”.
31. Destaca-se ainda nesta prioridade a divulgação do património cultural tangível e intangível, vida e obra dos Heróis Nacionais, através de palestras, manuais sobre património cultural, exposições artístico-culturais e distribuição de livros sobre a biografia dos heróis.
32. Foi igualmente estabelecido o Centro de Interpretação do Local Histórico de Matchedje e inauguração do Monumento e Centro de Interpretação da Matola pelos Chefes de Estado de Moçambique e da África do Sul.



Centro de Interpretação da Matola

33. Ainda no âmbito da valorização dos locais e feitos históricos da Luta de Libertação Nacional, foi construído um Monumento em homenagem aos 75 ex-presos políticos em Mabalane. A cerimónia de inauguração teve lugar no dia 7 de Setembro de 2016 e foi honrada e presidida por Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e contou com a presença dos protagonistas da luta de libertação na clandestinidade e destacadas figuras políticas e dos órgãos centrais do Estado, bem como dos membros do Governo Central e da Província de Gaza.



Inauguração do Monumento em homenagem aos ex-presos políticos no Estabelecimento Penitenciário de Mabalane, de Gaza

34. No âmbito do reforço da colaboração das diferentes confissões religiosas realizou-se em 2015, na Cidade de Quelimane, a 3ª Conferência Nacional das Confissões Religiosas sob o Lema “Contribuição das Confissões Religiosas na Manutenção da Paz em Moçambique” que contou com a participação de mais de 450 líderes religiosos. A cerimónia foi presidida por Sua Excelência o Presidente da República.

Pormenor 3ª Conferencia Nacional Religiosa



35. Foi igualmente realizada uma exposição fotográfica sobre heróis de Luta de Libertação nacional na Cidade Chimoio.

X Festival Nacional da Cultura



36. Homenageados os Heróis Nacionais Milagre Mabote na Província de Gaza e Filipe Samuel Magaia, na Cidade de Maputo. A homenagem ao Herói Nacional Filipe Samuel Magaia consistiu também na construção de um Monumento com estátua erguida em sua memória na Cidade de Maputo.

Estátua do Herói Nacional Filipe Samuel Magaia na Cerimónia de sua Homenagem



Monumento em Homenagem ao Herói Nacional Milagre Mabote



37. Celebrado no dia 16 de Dezembro de 2017, o Centenário do Massacre de Wiryamu, na Província de Tete, evento presidido por Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique.

Monumento em Homenagem Centenário do Massacre de Wiriyamu



38. Ainda neste âmbito, foram realizadas cerimónias de comemoração dos 40 Anos da Independência Nacional e de diferentes datas, destacando-se as seguintes: 3 de Fevereiro, dia dos Heróis Nacionais; 7 de Abril, dia da Mulher Moçambicana; 25 de Junho, dia da Independência Nacional; dia 7 de Setembro, dia dos Acordos de Lusaka; 25 de Setembro, dia das Forças Armadas de Moçambique e, 04 de Outubro dia da Paz.

39. Celebrado no dia 28 de Março de 2017, o Primeiro centenário da revolta de Bárue tendo sido inaugurado o monumento consagrado a Makombe, líder da revolta de Bárue, na vila de Catandica, Distrito de Bárue na Província de Manica, tendo sido construído um conjunto monumental constituído por Monumento com 6 ondulações de 2 metros de altura em betão com um mural de interpretação; uma palhota e Centro de Interpretação. O Monumento foi inaugurado por Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, durante as celebrações do Centenário da Revolta dos Bárue.



Monumento em memória a revolta dos Bárue

40. No âmbito da intensificação da convivência pacífica entre os Moçambicanos, promovendo a cultura de paz, de diálogo, tolerância, humanismo e reconciliação, foram realizados festivais culturais-turísticos em todas as províncias.
41. Identificados 11 ícones turísticos de bandeira de Moçambique com o objectivo de valorizar turisticamente as Províncias.
42. Como forma de melhorar a produção artística, gestão cultural e turística, prospecção e capitalização de oportunidades, foram capacitados 4,044 profissionais do Sector da Cultura e Turismo em matéria de artes, cultura, cozinha, restaurante, bar, andares, higiene e alimentos seguros. Criadas habilidades técnicas e humanas.
43. E no âmbito da realização do recenseamento militar, inserido no Programa Consolidação de Unidade Nacional, e assegurando a equidade de género, foram recenseados em todo o País, 946.542 jovens de ambos os sexos para o Serviço Militar Obrigatório, sendo 221,760 (2015), 214,909 (2016), 230,604 (2017) e 279,269 (2018).
44. Realizadas as feiras de Gastronomia e de arte e artesanato, música, dança e humor e campanhas Bem-Servir e Festivais Culturais-Turísticos.
45. No âmbito da valorização e promoção do património artístico cultural ao nível nacional e internacional foram desenvolvidas as seguintes acções: (i) Conservação e restauração dos Monumentos em homenagem ao Presidente Samora Machel e Josina Machel, no Local Histórico de Chilembene; e (ii) reabilitação do Monumento do II Congresso da FRELIMO.

No objectivo estratégico (ii): *Defender a soberania, a reafirmação das fronteiras marítimas e continentais e consolidar as missões perenes e de interesse público, e no* âmbito da “conclusão do processo de reafirmação das fronteiras marítimas e continentais dentro dos prazos estabelecidos pela União Africana”, no período de 2015 e 2018 destacam-se:

46. Em 2015: (a) construção de 29 marcos intermédios e um marco principal no segmento 4 com o Zimbabwe; (b) Produção de cartas topográficas do Segmento II da faixa de fronteira com o Malawi a escala 1/20,000; (c) Realização de reuniões técnicas de preparação com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe; (d) Realização da reunião tripartida Moçambique, Africa do Sul e Zimbabwe sobre o Ponto Tripartido de Pafúri; (e) Realização de 15 encontros de informação e sensibilização das autoridades locais e líderes comunitários ao longo da faixa de fronteira com o Malawi;
47. Em 2016: reafirmadas 510 Km de fronteiras.
48. Em 2017: (a) Concluído o processo de mapeamento cartográfico numa extensão aproximada de 330Km de Fronteira Terrestre e 76km de Fronteira Fluvial com Zâmbia; (b) feita a reafirmação de 167 km da linha de fronteira terrestre nos segmentos 4 e 5 da fronteira com Malawi.

49. Em 2018: (a) Realizada a 1ª reunião do Comité Técnico Conjunto MZ/RSA sobre a delimitação de Fronteiras e assinados os Termos de Referência; (b) Elaborado o plano de trabalho conjunto que culmina com a assinatura do Tratado em Abril de 2019; (c) Realizado um encontro informal com Madagáscar e enviada Nota Verbal ao Governo Malgaxe para o início das negociações para a delimitação da fronteira marítima comum e com a Zâmbia Mapeados 333 km.

3.2 PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

50. Enquadrado no objectivo estratégico **(i) Promover um Sistema Educativo inclusivo, eficaz e eficiente que garanta a aquisição das competências requeridas ao nível de conhecimentos, habilidades, gestão e atitudes que respondam às necessidades de desenvolvimento humano**, há a destacar a absorção de mais crianças com idade de 6 anos na 1ª classe do Ensino Primário, o que elevou a Taxa Líquida de Escolarização de 86.4% em 2016, para 93.1% em 2018; disponibilização de 349,276 carteiras em todo o país, reduzindo o número de crianças que sentam no chão e melhoradas as condições de ensino e aprendizagem para mais de 1,4 milhões de alunos, bem como a distribuição de 43,097,075 livros do aluno para o ensino primário em todo o país, beneficiando mais de 16 milhões de alunos.

51. Ao longo destes quatro anos foram construídas **3,004** salas de aula, beneficiando mais de **360 mil** alunos do ensino primário e secundário, merecendo ainda destaque a construção de 6 Escolas Secundárias em Cabo Delgado, Distrito de Metuge 1 (10 salas); Zambézia, Distrito de Milange 1 (10 salas); Manica, Distrito de Gondola 1 (12 salas), Sussundenga 1 (12 salas), Macate 1 (12 salas); Gaza, Distrito de Manjacaze 1 (6 salas) beneficiando mais de 9,000 alunos.

52. No âmbito da expansão do acesso ao ensino superior, foram atribuídas bolsas de estudo a 1,515 estudantes para frequentar cursos de licenciatura, sendo 1,141 bolseiros dentro do País e 374 fora do País. Com vista a fortalecer a qualidade e relevância do ensino superior e a capacidade de pesquisa no País, foram concedidas 2,331 bolsas de pós-graduação para docentes e investigadores.

53. Foram financiados 94 projectos de apetrechamento de laboratórios e bibliotecas das Instituições do Ensino Superior públicas e privadas, com o objectivo de melhorar as condições de ensino-aprendizagem, investigação e extensão.

54. Foram realizadas 112 missões inspectivas a Instituições de Ensino Superior com o fim de emissão de Alvarás e avaliados 37 cursos para efeitos de acreditação.

55. Ainda no quadro da melhoria da qualidade do ensino, foram capacitados 3,453 docentes do Ensino Superior oriundos de todo país, em matéria de psicopedagogia e metodologia de ensino, o que permitiu uma melhor prestação no processo de ensino.



56. No âmbito do Ensino Técnico Profissional, durante o período em análise, o número de Instituições de Ensino Técnico Profissional passou de **144** em 2015 para **193** em 2018, o que resultou no aumento do efectivo escolar de **42,000** em 2015 (**sendo 38% raparigas**) para **91,615** em 2018 formandos, dos quais **44,440** são raparigas correspondendo a **48,5%**. As intervenções neste sector estão integradas na implementação da Reforma do Ensino Profissional.
57. Ainda no quadro dos esforços de implementação do ensino baseado em padrões de competências, foram capacitados **1,092 Formadores** do Ensino Técnico em psicopedagogia e matérias técnicas, acções essas incrementam valor na qualidade do ensino, beneficiando simultaneamente o graduado e gerando um impacto positivo na cadeia de produção.
58. De igual modo no quadro dos esforços de implementação do ensino baseado em padrões de competências que orienta para o alinhamento das ofertas formativas e competências com as reais necessidade requeridas pelo mercado de trabalho, foram desenvolvidas **35 qualificações profissionais** em parceria com o sector produtivo, nas áreas de Manutenção Industrial, Agricultura, Hotelaria e Turismo, Petróleo e Gás, Construção Civil, Logística, Minas e Hidrocarbonetos.
59. No âmbito da expansão do ensino técnico, foram construídas reabilitadas e apetrechadas 16 instituições nas Províncias de Cabo Delgado (Escola Profissional de Macomia e Hotel-Escola no Instituto Industrial e Comercial de Pemba, Instituto Agrário de Balama), Niassa (Instituto Médio de Ecoturismo de Marrupa e Instituto Industrial, Comercial Ngungunhane de Lichinga e Instituto Agrário de Majune), Nampula (Escola Profissional de Murrupula), Zambézia (Escola Profissional de Milange e Instituto Agrário de Mocuba), Tete (Instituto Industrial de Matundo), Manica (Instituto Agrário de Chimoio), Sofala (Escola Profissional de Muanza), Gaza (Escola Profissional de Inhamissa e Instituto Agrário de Chókwè) e Maputo (Instituto Agrário de Boane, Instituto Industrial e Comercial da Matola), beneficiando mais de 8,850 formandos. Contratados 197 formadores e capacitados outros 323 com vista à melhoria das suas competências técnicas e pedagógicas.

Quadro 1: Promover o Sistema Educativo Inclusivo eficaz e eficiente

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL									
Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
1. Nº de crianças e jovens com deficiência no ensino inclusivo especial (*)	100 000	125 000	100 000	87 820	78 614	74 921,0	74 921		
2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (*)	81,5%	86,0%	83,9%	86,4%	84,4% (83,9% raparigas)	93,1% (92,5% raparigas)	93,1%	258%	MINEDH
3. Taxa bruta de conclusão do EP2 (*)	82,3% (Aprovado no PQG)	92% (Aprovado no PQG)						4%	
	44% (Real)	58% (Real)	37%	37%	44,5%	44,5%	44,5%		
4. Nº de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional (*)	42 000	65 000	67 103	76 109	85 313	91 615	91 615	216%	MCTESTP
5. Nº de professores primários formados	32 500	35 000	12 171	12 596	15 298	4 862	44 927	128%	
6. Nº de carteiras escolares distribuídas	200 000	700 000	113 304	37 671	62 249	136 052	349 276	50%	
7. Nº de salas de aula construídas	3 500	4 500	557	435	590	1 298	2 880	64%	
8. Nº de professores contratados	46 849	42 500	8 332	8 835	8 085	5 027	30 279	71%	MINEDH
9. Razão aluno/professor (*)	62	57	63	61,7	59,9	64,2	64,2		
10. % de alunos da 3ª classe que atingem as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário (*)	6,30%	≥ 12%	-	5%		N/A	N/A	N/A	
11. Nº de Investigadores e Docentes moçambicanos formados nos níveis de mestrado e doutoramento (*)	1,600 (1,200 Mestres e 400 Doutores)	3,300 (2,500 Mestres e 800 Doutores)	346	295	321	496	1 458	86%	MCTESTP
12. Nº e % de docentes do ensino superior com formação psico-pedagógica (*)	3,294 (46%)	5,878 (70%)	80	1017	706 (136%)	1 650	3 453	134%	

60. Foram igualmente estabelecidos 21 laboratórios e oficinas nas áreas de mecânica geral e auto, electricidade, soldadura, construção civil e análise dos solos beneficiando mais de 3.000 formandos, e 18 instituições de Ensino Técnico-Profissional foram ligadas à Rede Moçambicana de Ensino e Pesquisa (MoRENet).

No que se refere ao objectivo estratégico (ii): **Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças**, destaca-se:

61. A colocação de 10,294 profissionais nas diferentes instituições do Sistema de Saúde, fortalecendo deste modo o Sistema Nacional de Saúde, sendo 2015 (3,169), 2016 (3,104), 2017 (2,002) e 2018 (2,019).

62. Durante o período em análise, foram Assistidos **3,907,975** partos institucionais em todo o País, sendo 2015 (891,797), 2016 (910,829), 2017 (1,013,780), 2018 (1,091,569), incrementando a taxa de cobertura de para **87%** em 2018, e providenciado o TARV a **1,125,642** adultos beneficiários, sendo mulheres (**791,397**) e crianças (**86,920**).
63. Destaca-se ainda a entrada em funcionamento de mais 156 unidades sanitárias em todo o País o que contribuiu para manter a tendência decrescente ao longo dos anos de redução das mortes maternas intra-hospitalares de 87 Mortes por 100,000 Nados Vivos (NV) em 2016, para 59 mortes por 100.000 Nados Vivos (NV) em 2018.
64. Feita a expansão dos cuidados de Emergência obstétricos essenciais de **119** em 2015 para **703** unidades sanitárias em **2018**, por outro lado, lado houve a alocação de **198** ambulâncias e **180** motorizadas ambulâncias para a rápida referência de emergências e a expansão de serviços de cuidados obstétricos de emergência básicos e cirúrgicos para **431** unidade sanitárias do País.
65. A nível da saúde infantil, o grande destaque vai para a introdução da vacina combinada e a suplementação nutricional com a Vitamina A e desparasitação, melhorando a taxa de cura da desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos de 70% em 2015, para 83% em 2018, bem como, mais de 3,000,000 crianças são suplementadas anualmente com Vitamina A e desparasitam-te para a prevenção da desnutrição correspondendo a coberturas acima de 90%.

Quadro 2: Expandir o acesso e Melhorar a qualidade dos serviços de Saúde

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo Estratégico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade materna, a morbi-mortalidade por desnutrição crónica, malária, tuberculose, HIV, doenças não transmissíveis e doenças preveníveis	13. Taxa de Cobertura de partos institucionais (*)	71%	75%	75%	77%	83%	87%	87%	400%	MISAU
	14. Taxa de cobertura de crianças completamente vacinadas (*)	82%	94%	83%	87%	93%	94%	94%	100%	
	15. Taxa de cura de desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos (*)	60%	80%	70%	72%	81%	84%	84%	120%	
	16. Prevalência da desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos (%) (*)	43%	35%	43%	IDS	IDS	IDS	IDS	N/A	MISAU/MASA
	17. Taxa de mortalidade infanto-Juvenil (*)	97%	90%	97%	IDS	IDS	IDS	IDS	N/A	MISAU
	18. Taxa de cobertura de TARV (Pediátrico) e [Adulto] (%) (**)	(45%) e [64%]	(80%) e [80%]	39%/52%	(69%) e [64%]	(45%) [64%]	(52%) [57%]	(52%) [57%]		
	19. Taxa de cobertura de TARV de mulheres grávidas seropositivas (%) (*)	86%	90%	82%	91%	100%	87%	87%	25%	
	20. Rácio profissionais de saúde por 100.000 habitantes (*)	94	113.3	98.8	104	106.6	110.1	110.1	83%	
	21. Nº de Distritos com Hospitais Distritais (*)	44	60	45	46	46	46	46	13%	
	22. Taxa de cobertura de rastreio de cancro de colo de útero em mulheres entre 30-55 anos nas consultas de Planeamento Familiar (*)	1%	15%	7%	8%	7%	17%	17%	114%	

66. No que concerne a infra-estruturas de saúde, é de grande realce a conclusão e entrada em funcionamento do Hospital Central de Quelimane, o primeiro desta categoria construído de raiz no País após a independência. Esta unidade hospitalar oferece serviços de imagiologia e Tomografia Axial Computorizada (TAC). Destaca-se ainda a finalização da ampliação do Hospital Geral de Mavalane que comporta o serviço de Medicina Legal. A conclusão da construção do Hospital Distrital de Mapai em Gaza e Manhiça em Maputo, e do Instituto de Ciências de Saúde de Maputo em Infulene, são os outros dignos de realce na esfera de infra-estruturas de saúde e o armazém regional de Medicamentos de Nampula.
67. Foram inaugurados 4 hospitais Distritais, nomeadamente: (i) Mapai, (ii) Manhiça, (iii) Monapo e (iv) Momba, bem como, a inauguração de 2 serviços de hemodiálise em Nampula e Beira: tendo aumentado para 30 pacientes a capacidade instalada de tratamento e reduziu a transferência dos pacientes para a Cidade de Maputo contribuindo para a estabilidade social, económica e familiar do doente e das famílias.
68. Importa destacar a Construção de Raiz do primeiro **Serviço de Radioterapia em Moçambique** (Hospital Central de Maputo), e a instalação de 64 novos laboratórios em todo o país, que reduziu a sobrecarga dos laboratórios em cerca de 20%, e reduziu o tempo de espera de carga viral de 30 para 15 dias.
69. Destaca-se ainda a instalação de equipamento de Biologia Molecular no Hospital Militar de Maputo e no Centro de Saúde Eduardo Mondlane na cidade de Pemba. Este investimento contribuiu para o aumento da capacidade de testagem de 2,500 amostras e a redução do tempo de resposta laboratorial de Pemba para Nampula que era cerca de 30 dias para 15 dias.
70. Foram alocados 3 mamógrafos no Hospital Central de Maputo, Hospital Geral de Mavalane, Hospital Provincial de Tete, no âmbito do rastreio de Cancro da mama, e, expandidos novas tecnologias simplificadas para o diagnóstico precoce do HIV em crianças expostas, actualmente em 23% das US.
71. A colocação de Sistema de Gestão de Medicamentos em 800 Unidades Sanitárias, mais de metade das Unidades Sanitárias existentes no País, este facto é de vital importância pois visa permitir maior controlo e melhor gestão de medicamento na US, assim como produzir informação em tempo real para tomada de decisão na quantificação e fornecimento.
72. No domínio do combate a malária, foram realizadas campanhas de pulverização intradomiciliária abrangendo 1,749,177 casas e distribuídas 9,361,225 redes mosquiteiras.
73. No âmbito do combate da desnutrição crónica no País merece destaque a fortificação de 5 produtos, nomeadamente: farinha de milho, farinha de trigo, açúcar, óleo alimentar e sal. Foram ainda adquiridos e instalados 41 micro-doseadores de PREMIX em 30 indústrias, para fortificação da farinha de milho, nas moageiras das províncias de Tete, Nampula e

Zambézia, e de óleo alimentar e farinha de trigo nas províncias de Maputo, Zambézia e Nampula.

74. A colocação de um total de 4,019 técnicos de saúde (com destaque de aumento em 9% dos médicos nacionais), com destaque para: 136 Médicos especialistas Nacionais das diferentes áreas, 620 médicos de clínica geral Nacionais, igualmente foram criadas 2 novos Institutos de Formação de Profissionais de Saúde em Nacala e Infulene, com a capacidade de cerca de 500 estudantes por ano, para reforçar o quadro de graduados a nível nacional que permitiu a formação de 9,929 profissionais de saúde ao longo dos últimos 3 anos.
75. Durante o período em análise (2015 - 2017), foram graduados 136 médicos especialistas das áreas seguintes: Obstetrícia e Ginecologia (17), Gastroenterologia (6), Cirurgia (11), Oftalmologia (8), Pediatria (19), Anatomia Patológica (4), Oncologia e Radioterapia (1), Cardiologia (3), Cirurgia Pediátrica (2), Medicina Interna (26), Anestesiologia e reanimação (8), Cirurgia Maxilo Facial (5), Ortopedia e Traumatologia (7), Medicina Legal (3), Radiologia (2), Psiquiatria (4), Otorrinolaringologia (4), Saúde Pública (2), Patologia Clínica (1), Pneumologia (1), Medicina Legal (1) e Dermatologia (1), para fazer face as necessidade específicas, reduzindo deste modo os custos com a transferências de doentes entre as Províncias e para o exterior.

Resultados da intervenção na área de Saúde entre 2015 e 2018

- Moçambique tem feito grandes progressos na prevenção de doenças através da vacinação e como resultado, conseguimos **reduzir em mais de 80 % a mortalidade por sarampo, eliminamos o tétano neonatal e poliomielite;**
- O País registou um total de **3,907,975** partos institucionais, partos institucionais em todo o País, sendo 2015 (891,797), 2016 (910,829), 2017 (1,013,780), 2018 (1,091,569) incrementando a taxa de cobertura de para **87%** em 2018.
- A introdução do serviço de Imagiologia e Tomografia Axial Computorizada (TAC) no Hospital Central de Quelimane, que permite efectuar o diagnóstico (TAC) dentro do País, reduzindo assim encargos ao Governo em mais de **USD 3.0 milhões** que eram gastos no processo de envio dos doentes ao exterior através da Junta Nacional de Saúde. Este serviço permite ainda aumentar a opções de cuidado de Saúde especializados e reduzindo a pressão outrora direccionada aos Hospitais Centrais da Beira e Nampula que permitiu melhorar a assistência médica para a população.
- A introdução do serviço de Medicina Legal no Hospital Geral de Mavalane, alargou a disponibilidade deste serviço para maior parte da população da Cidade de Maputo.
- O aumento de pessoal qualificado fortalecendo assim o Sistema Nacional de Saúde em termos de capacidade de resposta nas várias áreas de serviço.
- As pulverizações, distribuições de rede mosquiteira assegurou a protecção de 4,371,149 pessoas contra a malária.
- O apetrechamento das Unidades Sanitárias com componente de cozinha permitiu reforçar a capacidade.

No concernente ao Objectivo Estratégico (iii): *Aumento da provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação*; destacam-se as seguintes realizações:

76. Construídas 7,109 e reabilitadas 4,719 fontes dispersas de água alargando o acesso ao precioso líquido a 3,548,400 consumidores adicionais em todo o País.
77. Construídos e reabilitados 36 sistemas de abastecimento de água, tendo beneficiado mais de 132,000 consumidores adicionais.
78. Construídos 132 fontanários e reabilitados e expandidos 612km da rede de distribuição de água, o que permitiu a efectivação de 96,465 novas ligações e recuperadas 63,771 ligações beneficiando 849,251 consumidor.

Sistema de Abastecimento de Água da Vila Sede de Mocímboa da Praia



79. No âmbito da melhoria das condições de saneamento e do meio rural, foram construídas 266,288 latrinas melhoradas, beneficiando 1,331,440 pessoas (692,349 mulheres), enquanto para as zonas urbanas foram construídas 460,688 fossas sépticas para 2,441,646 pessoas (1,269,656 mulheres).
80. No domínio do Urbanismo e Habitação, no período em análise, destaque vai para a demarcação de 55,557 talhões, bem como a construção de 15,643 habitações.
81. No âmbito da Promoção de autoconstrução de habitação através da atribuição de talhões infra-estruturados, foram atribuídos 24,198 talhões em todo o País, beneficiando igual número de agregados familiares, sendo 6,911 infra-estruturados.
82. No ramo de transportes, foram adquiridos e distribuídos 523 autocarros para o transporte público urbano de passageiros e providenciadas 70 carruagens de passageiros (35 para CFM- Centro e outras 35 para CFM- Sul) para os Caminhos de Ferro de Moçambique. Estas acções têm contribuído para minimização dos problemas de transportes urbanos de passageiros.
83. Ainda neste contexto, foram Adquiridas 12 viaturas de fiscalização rodoviária e distribuídas em todas as Províncias; intensificadas as campanhas de educação e sensibilização sobre

factores de risco de acidentes de viação nos locais de aglomerados populacionais, terminais rodoviários, escolas primárias e secundárias, bem como com a associação de pessoas portadoras de deficiências.

Quadro 3: Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo Estratégico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(iii): Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação	23. % da população vivendo nas zonas rurais, com fonte de água segura (*)	52%	75%	38%	40%	50%	45%	45%		MOPH
	24. % da população vivendo nas zonas urbanas com fonte de água segura (*)	85%	90%	83%	84%	85%	78%	78%		
	25. % da população, vivendo nas zonas rurais, que usa serviços de saneamento adequadas (*)	15%	50%	18%	21%	24%	28%	28%	37%	
	26. % da população, vivendo nas zonas urbanas, que usa serviços de saneamento adequadas (*)	50%	80%	58%	58%	58%	59%	59%	30%	
	27. N° de talhões demarcados, infra-estruturados e espaços de lazer	313,665	200,500	22,797	32,760	6,859	575	62,991	31,4%	
	28. N° de casas construídas	1,922	35,000	8,750	1,638	0	0	10,388	29,7%	
	29. Taxa de Penetração telefónica (*)	70%	100%	75%	80%	78%	92%	92%	73%	MTC

No contexto do Objectivo Estratégico (iv): ***Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade da vida, saúde e bem-estar da população,*** destaca-se as seguintes acções:

84. No âmbito de estímulo a iniciativa juvenil para o auto emprego e geração de renda, foram entregues 25 Unidades Móveis de Formação Profissional, com destaque para as áreas de agro-processamento, cozinha e bar, serralharia e electricidade e no quadro da formação profissional.
85. Foram igualmente capacitados 605,874 cidadãos, criando condições para melhorar a sua expressão e empregabilidade, com especial destaque para os jovens.
86. No concernente a promoção do emprego e auto-emprego para a juventude, através do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis, foram financiados 1,125 projectos de geração de rendimentos juvenis nas áreas de Turismo, fabrico de blocos, refrigeração, agricultura, agro-pecuária, carpintaria, serralharia, corte e costura, informática, sapataria, pesca e comércio beneficiando 5,352 jovens.
87. Foram ainda formados 59,904 jovens em matéria de liderança, gestão associativa, gestão de projecto, educação financeira, recursos naturais nas áreas de carvão mineral, gás e petróleo.

88. No biénio 2017/18 foram adquiridos e alocados 3,721 kit's de auto-emprego aos jovens nas diversas profissões, distribuídos em todas as províncias do país, Niassa (299), Cabo Delegado (376), Nampula (298), Zambézia (230), Tete (512), Manica (196), Sofala (259), Inhambane (184), Gaza (321), Maputo Província (185) e Maputo Cidade (861).
89. Foram financiados, numa base competitiva, 196 projectos de investigação, inovação e transferência de tecnologia, cobrindo as áreas de agricultura, energia, sustentabilidade ambiental, ciências marinhas, entre outras.
90. Ainda no mesmo período, foram formados 7,240 agentes desportivos, dirigentes desportivos incluindo Professores de Educação Física. Das capacitações realizadas destacam-se a de árbitros, primeiros socorros, monitores e animadores desportivos, treinadores de nível (básico, nível I) nas modalidades: andebol, basquetebol, futebol e voleibol.



Quadro 4: Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo Estratégico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(iv) : Promover a participação da juventude nas actividades sócio-culturais, desportivas e económicas como mecanismo para massificar a prática regular da actividade física e desportiva e melhorar a qualidade de vida, saúde e bem-estar da população	30. Total da população escolar que participa em actividades artístico-cultural	2.300.000	6.000.000	262.842	190.706	2.902.806	4.108.816	7.465.170	124%	MICULT/MINEDH
	31. N.º de Jovens beneficiários dos Projectos de iniciativa juvenil	2200	3900	2510	630	647	1.565	5.352	137%	MJD
	32. N.º de Medalhas conquistadas nas competições Regionais Internacionais e Mundiais	256	600	107	155	131	145	538	90%	

No que se refere ao Objectivo Estratégico (v): *Promoção da igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade,* foram desenvolvidas as seguintes acções:

91. Aprovaço da Estratgia Nacional de Segurana Social Bsica e da Estratgia de Prevenço e Combate aos Casamentos Prematuro, o que permitir melhora as intervenço viradas ao atendimento dos grupos populacionais vulnerveis e à incidncia de casamentos prematuros na sociedade.
92. Assistncia a 91,849 crianas em idade pr-escolar no perodo de 2015 a 2018 das quais 49,849 de sexo feminino, o que assegura o seu desenvolvimento integral, proporcionando-lhes capacidades para uma fcil adaptaço no processo de ensino e aprendizagem, em idade escolar.
93. Apoio psicossocial providenciado no perodo de 2015 a 2018 a 3,768 crianas vtimas de violncia, 242 crianas vtimas de trfico, 1,934 pessoas idosas, 668 pessoas com deficincia e 9,964 mulheres vtimas de violncia. Estas acçoes asseguram a reduço do impacto psicolgico causado pela violncia sofrida e maior integraço nas respectivas suas famlias e comunidades, estabelecendo oportunidades para gozarem seus direitos.
94. Atendimento a 592,710 crianas no perodo de 2015 a 2018 em situao difcil das quais 325,887 do sexo feminino, que beneficiaram de apoio multiforme, contribuindo deste modo para a sua inclusao social e habilitando-os a participar no desenvolvimento do Pas.
95. Assistncia a 519,347 agregados familiares no perodo de 2015 a 2018, suprimindo-os com benefcios que permitem melhorar o seu nvel de sustento.
96. Prestados servios de interpretaço em lngua de sinais em programas televisivos e capacitados 20 professores em lngua de sinais e grafia Braille, garantido o acesso a informao as pessoas com deficincia visual e auditiva.

Quadro 5: Promover a igualdade de gnero e participao juvenil

PRIORIDADE II: DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL										
Objectivo Estratgico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realizao 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituio responsvel
(V) Promover a igualdade e equidade de gnero nas diversas esferas do desenvolvimento econmico, social, poltico e cultural, assegurar a proteco e desenvolvimento integral da criana e garantir a assistncia social aos combatentes e as pessoas em situao de pobreza e de vulnerabilidade	33. N.º de crianas em situao difcil beneficirias de apoio multiforme	255,101	350,000	204,492	105,314	2,499	988	313,293	90%	MGCAS
	34. % de agregados familiares cobertos pelos programas de segurana social bsica (aco social directa e aco social produtiva) (*)	15,76	25	15,96% (438,875)	17,39% (478,378)	19,66% (540,531)	19% (518,507)	19% (518,507)	35%	
	35. N.º de pensoes de combatentes fixadas	4,672	15,000	5,235	23,740	18,229	0	47,204	315%	MCOMBATENTES
	36. N.º de combatentes e seus dependentes assistidos	8,496	45,000	10,977	13,390	6316	2,338	33,021	73%	S

3.3 PRIORIDADE III: PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE

97. No quadro do Objectivo Estratégico (i): **Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas**, destaca-se o aumento do nível de cobertura da extensão agrária de 638,165 produtores em 2014, para 730,111 produtores em 2018, resultante de admissão de 907 extensionistas (777 agrónomos, 50 veterinários e 78 investigadores), perfazendo actualmente 1,934 extensionistas contra os 1,261 em 2014.
98. No âmbito do Programa de Mecanização Agrária, foram operacionalizados 134 Centros de Serviços Agrários, dos quais 90 pelo MASA e 44 pela Agência de Desenvolvimento do Vale de Zambeze com 1,490 tractores e 35,300 juntas de tracção animal, tendo lavrado uma média de 187,000 hectares até 2018.



99. Aumento da disponibilização de semente certificada de 1,410 ton e libertação de 6 variedades, sendo de 3 arroz e 3 de hortícolas em 2014, para 6,242 ton de semente certificada, 1,780,598 ton de fertilizantes e libertação de 21 variedades de semente com alto rendimento e tolerante a seca, sendo 7 de batata - doce, 5 de milho, 3 de arroz, 3 de feijão vulgar e 3 algodão, em 2018.



100. Aumento da área irrigada em 7,712 hectares até 2018. Portanto, saímos de uma situação de 9,158 hectares em 2014 (ano base), para 16,870 hectares, de uma meta de 16,000 hectares do quinquénio. A área desenvolvida até 2018 se deveu ao aumento substancial no ano em referência de 1,389 hectares de área infraestruturada. Durante o quinquénio foram construídos vários regadios, com destaque para Regadio do Baixo Limpopo (Magula - 1,050 ha), regadio Paz em Mopeia (165 ha), regadio de Intabo na Maganja da Costa (300ha) e regadio de Malene em Mandlakazi (211 ha).



Regadio de Paz - Zambézia

Regadio de Samora Machel - Sofala

Regadio do Baixo Limpopo - Gaza

101. Tratamento de 21,221,628 cajueiros contra pragas e doenças pertencentes a cerca de mais 200,000 famílias e distribuídas cerca de 13,062,433 mudas, beneficiando cerca de mais 100,000 produtores. Ao longo destes quatro anos, salienta-se a disponibilização de 4,763 toneladas de sementes variadas, para além da libertação de 4 variedades de Arroz, 3 de hortícolas (Tomate: Kilele, Zoumored e a Ercole), 9 variedades de batata-doce tolerantes à seca e com maior qualidade nutricional e 7 de Milho híbrido.

102. Para o combate a pragas e pestes, foram disponibilizados pesticidas aos produtores e libertados parasitóides no âmbito da implementação do programa de controlo integrado da praga da mosca-da-fruta. Por outro lado, foi efectuado o controlo do pardal do bico-vermelho nos distritos de Chókwè e Macia, regiões onde esta praga tem ocorrido de forma sistemática.
103. No âmbito da promoção do aumento da produtividade foram assistidos (i) 730,111 produtores e 6,411 associações em tecnologias de produção por 1,934 extensionistas; (ii) Estabelecidas 2,673 EMC's abrangendo 63,392 produtores; (iii) Estabelecidas 5,353 unidades de demonstração, tendo beneficiado a 102,035 produtores. (iv) Vacinado 80% do gado bovino (de um total de 2,020,189) e 73% de galinhas (de um total de 18,618,276).
104. No contexto do aumento da disponibilidade de alimentos para segurança alimentar, ao longo dos quatro anos, destaca-se o aumento da produção de cereais de 2,530,049 ton em 2014 para 3,173,702 ton (milho: 2,448,955ton) em 2018; raízes e tubérculos de 9,495,737 ton em 2014 para 14,920,700 ton (mandioca: 12,706,250 ton); hortícola de 1,300,000 ton em 2014 para 2,448,955 ton (cebola: 543,950 ton) em 2018.
105. Neste contexto, destaca-se ainda a Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), um órgão de consulta e coordenação em matéria de promoção e implementação da legislação, políticas, estratégias e programas atinentes a SAN.
106. Relativamente ao aumento da produção e comercialização das culturas de rendimento, destaca-se a castanha de caju: 357,174 ton, tendo sido em 2014, cerca de 63,000 ton e em 2018, cerca de 129,644 ton, que gerou uma receita de 19 mil milhões de meticais, o que contribuiu para a melhoria da vida dos produtores (melhoria da dieta alimentar, habitações, educação dos filhos e aquisição de meios de transporte).
107. No domínio da criação de facilidades de financiamento aos produtores agrários, durante os quatro anos, foram providenciadas assistência financeira para 399 produtores no valor de 116 milhões de Meticais pelas linhas de crédito Operacionalizas pelo Fundo de Desenvolvimento Agrário e Banca Comercial nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Nampula. Durante os quatro anos, foram ainda financiados 42 produtores no valor de 51 milhões de meticais, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Niassa, o que permitiu aumentar o acesso dos produtores aos serviços financeiros bonificados, o aumento da produção e da renda familiar, bem como a redução da importação de frangos e a redução do défice de hortícolas.

108. No âmbito da produção animal, foram vacinados 80% de gado contra várias doenças de impacto na economia e na saúde pública (de um total de 2,020,189 bovinos). Foram igualmente vacinadas 73% de galinhas do sector familiar contra a doença de Newcastle (de um total de 18,618,276) e 74% de cães contra Raiva (de um total de 333,184) administradas vacinas que contribuíram para a prevenção de doença dos animais e para o aumento da produção animal.



109. Foram distribuídos 5,760 cabeças de gado bovino para reprodução (no âmbito do melhoramento genético), tracção animal (para facilitar as actividades de lavouras) e produção de leite, tendo beneficiado a 2,907 Agregados Familiares. Foram igualmente distribuídos para reprodução, 6,450 caprinos, beneficiando a 2,257 Agregados Familiares.



110. As acções de prevenção de animais contra doenças, contribuiu para o aumento dos efectivos, tendo passado de 1,861,346 bovinos em 2015 para 2,020,189 bovinos em 2018, tendo produzida em média 91,381 ton de carne em 2015, (sendo 75,161 ton de carne de frango) para 116,649 ton em 2018 (sendo 97,982 ton de carne de frango). Isto permitiu reduzir as importações de carne de frango, de 6,000 ton/ano para 3,322 ton/ano).

111. Registrou-se um aumento da produção de ovos e leite, tendo sido produzidos em 2004, 9,094,352 dúzias de ovo e 2,268,705 litros de leite, para 15,700,092 dúzias de ovos e 2,706,871 litros de leite em 2018.
112. No âmbito da Conservação e Agro processamento, foram estabelecidas 5.109 demonstrações de celeiros melhorados em 2018 contra 2,050 de 2014, incrementando um aumento da capacidade de processamento da castanha de caju de 54,000 ton em 2014 para 10,5000 ton em 2018, devido ao aumento de 16 unidades de processamento, que emprega cerca de 16,700 trabalhadores (9,900 mulheres), contra 10 unidades de processamento em 2014.
113. Instalação de uma fábrica (Empresa PLEXUS) de processamento da semente do algodão para a produção de óleo alimentar com uma capacidade diária de 5,000 litros de óleo, tendo gerado 50 postos de trabalho directo, localizada no Distrito de Montepuez - Cabo Delgado
114. Ainda neste âmbito, foi instalado um centro de reprodução em Namaacha (Empresa HIGEST) com capacidade de produzir 6,800,000 ovos férteis por ano, com cerca de 15 postos de emprego directo criados.



115. Instalado um matadouro de frangos (Empresa TONGASSE) em Mandlakazi na província de Gaza, com capacidade de processar 12,000 frangos por dia, com cerca de 100 postos de emprego criados.



116. No que concerne ao aumento da produção e produtividade, foram motorizadas 761 embarcações através do Fundo de Fomento Pesqueiro, o que permitiu o aumento da produção da pesca artesanal do peixe marinho, que passou de 162 mil toneladas em 2015 para 168 mil toneladas em 2016.



117. No âmbito da promoção e financiamento da investigação científica, inovação e transferência de tecnologia foram estabelecidos 6 pólos de Investigação e Transferência de Tecnologias para o aumento da produtividade do arroz, trigo e milho localizados nos distritos de Mandlakazi, Manica, Barué, Caia, Angónia e Angoche, garantindo o treinamento e assistência técnica a cerca de 6,000 produtores.

118. Foi estabelecida na Zambézia a Vila Sustentável de Molumbo, plataforma de difusão de tecnologias que beneficia mais de 62,000 pessoas; Destaca-se ainda a divulgação de 653 trabalhos científicos em jornadas científicas e tecnológicas e seminários que envolveram 2,000 investigadores e desenvolvimento de 7 protótipos de inovação, com aplicação nos sectores de saúde (bicicleta ambulância e triciclo para pessoas com deficiência), agricultura (incubadora de ovos, semeadora manual de cereais e papel de germinação de sementes), energia (caixa centralizada de derivações eléctricas e Tomada Eléctrica com entrada USB e Acumulador).



**Pólo de Caia- demonstração
de tecnologia de produção de arroz**

Resultados de realizações na área agrícola

Fruto da operacionalização de 134 Centros de Serviços Agrários (90 MASA e 44 ADZ), através do uso de **1,490** Tractores e **35,300** Juntas de Tracção Animal, foi possível lavrar em média cerca de **187,000** Hectares, o que culminou com o aumento da área irrigada em **16,631** Hectares, tendo concorrido positivamente no incremento anual da produção das diversas áreas de cultivo, com destaque para o **milho**.

Ainda neste âmbito, importa destacar que o aumento da produção é resultado do incremento da cobertura da extensão agrária, tendo sido assistidos entre 2015 a 2018 cerca de **730,111 produtores** e **6,411 associações** em tecnologias de produção através da contratação de **1,934 extensionistas** factor que contribuiu para a melhoria de vida dos produtores e conseqüente progresso na dieta alimentar, habitações, educação dos seus filhos e aquisição de meios de transporte.

Aumento da área irrigada em 7,712 hectares até 2018. Portanto, saímos de uma situação de 9.158 hectares em 2014 (ano base), para 16,870 hectares, de uma meta de 16,000 hectares do quinquénio. A área desenvolvida até 2018 se deveu ao aumento substancial no ano em referência de 1,389 hectares de área infraestruturada. Durante o quinquénio foram construídos vários regadios, com destaque para Regadio do Baixo Limpopo (Magula-1.050 ha), regadio Paz em Mopeia (165 ha), regadio de Intabo na Maganja da Costa (300ha) e regadio de Malene em Mandlakazi (211 ha).

No que concerne ao controle de Pragas, o Governo disponibilizou pesticidas aos produtores, bem como, desenvolveu acções com vista a monitorar o pardal do bico-vermelho em algumas regiões do País, onde esta praga tem ocorrido de forma sistemática. Importa destacar que foram disponibilizados cerca de **4,763** toneladas de sementes variadas tolerantes a seca e com maior qualidade nutricional e **7** de milho híbrido.

No âmbito do efectivo pecuário, as acções de prevenção de animais contra doenças contribuiu para o aumento do efectivo bovino para **2,020,189** em 2018, contra os **1,861,346** em 2015, tendo produzido em média cerca de **116,649** Ton nos 4 anos da implementação do PQG. Houve igualmente campanha de vacinação contra doenças de impacto na economia e saúde pública, sendo **80%** (**2,020,189**) Bovino, **73%** (**18,618,276**) galinhas de sector familiar e **74%** (**333,184**) cães.

Relativamente ao Objectivo Estratégica (ii): de **Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações,** são de realce as seguintes realizações:

119. A tramitação de **315 processos de pedido de isenção de direitos aduaneiros**, no período compreendido entre 2015 à 2018, para importação de matérias-primas diversa para actividade produtiva.

120. Aprovação de 647 Normas Moçambicanas, incluindo especificações técnicas nas diferentes Comissões Técnicas de Normalização e licenciamento de 430 indústrias, destacando-se as de cimento e de metalurgia de base, tendo criado 467,423 novos postos de trabalho.



121. Autorização e certificação de 111 empresas no uso do selo *Made in Mozambique* incluindo a capacitação de técnicos de empresas titulares e candidatas ao uso do selo em norma ISO/IEC 10,005:2009, tendo resultado na criação de condições sólidas para a protecção das indústrias açucareiras e de cimento, melhoria da qualidade dos produtos nacionais.



Produtos fortificados

122. Ainda neste contexto, relativamente as novas indústrias que entraram para o mercado nacional, destaca-se as Cervejas de Moçambique, Heineken e a Fábrica de Grafite de Balama tendo investido perto de 500 Milhões de dólares norte americanos, e, conseqüente criação de novos postos de trabalho.
123. Suporte a 87 novos inovadores e registo de 18,533 direitos da propriedade industrial. Estas acções resultaram na protecção dos direitos da propriedade industrial de inovadores nacionais, visando estimular o processo criativo, o desenvolvimento científico, tecnológico e sócio - económico e defesa dos consumidores e o acesso ao conhecimento.

124. Participação numa diversidade de eventos em vários países e organização de eventos a nível nacional que compreendem feiras internacionais, seminário de investimento, missões comerciais. Estas intervenções contribuem para a promoção da cultura moçambicana como factor de identidade, de renda e do desenvolvimento, promoção de potencialidades culturais e turísticas de Moçambique, exposição da imagem do País como destino turístico de lazer e negócios. Destas intervenções, resultou a eleição da Província de Inhambane, como o 6º melhor destino Turístico a nível Mundial para o turismo de lazer, segundo a revista norte-americana New York Times e designação do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto como melhor destino turístico para passar o dia de São Valentim, pela revista norte americana; nomeação do Arquipélago de Bazaruto, como melhor Lodge de Eco Turismo a nível de África; e Nkwitshi Lodge na Província do Niassa, como o melhor Lodge em Turismo Sustentável de África.

Visando *Promover o Emprego, Legalidade Laboral e Segurança Social*, merecem destaque as seguintes realizações:

125. Providenciados 21,969 estágios pré-profissionais e financiados 23 projectos de aquacultura o que permitiu a abertura de 991 novos tanques e 14 gaiolas para o desenvolvimento da piscicultura.

126. Operacionalizado o Centro de Pesquisa em Aquacultura -CEPAQ em Chókwè.

127. Na prossecução do objectivo de promoção do emprego, legalidade laboral e segurança social, foram criados 1,415,141 empregos em todo o País, nos últimos 4 anos.

128. No âmbito da promoção da transferência da tecnologia aquícola e de pesca, bem como a promoção da capacitação dos operadores da actividade pesqueira, foram capacitados 1,993 pescadores, comerciantes e processadores em boas técnicas de processamento, manuseamento e conservação de pescado usando gelo e salga-secagem e realizadas feiras de produtos de pesca e insumos. Como resultado tem-se notabilizado o aumento de transacções do pescado de qualidade, tendo igualmente se registado uma produção de 2,313 toneladas de pescado da aquacultura.

129. No âmbito da fiscalização as unidades turísticas e hoteleiras foram fiscalizadas pela INAE 5,858 em todo o País; Foram ainda fiscalizados 1,565 instrumentos de medição em Maputo e Matola, calibrados 2,460 instrumentos nas áreas de massa, temperatura, volume, eléctrica, pressão e comprimento; fiscalizadas 5,417 amostras de produtos pré-médicos nas fábricas e outros estabelecimentos comerciais e 1,800 mangueiras de bombas de combustíveis líquidos. Deste conjunto de acções, resultou a apreensão e destruição de diversos produtos alimentares e não alimentares, protegendo os direitos dos consumidores e a saúde pública. Ademais foram estabelecidas normas e especificações técnicas para os produtos nacionais e assegurado uso de instrumentos de medição fiáveis e disponibilização de instrumentos de medição fiáveis para indústrias e laboratórios de ensaios.



Mercado de pescada de Primeira venda de Quissanga (Cabo Delgado)

130. No período em análise foram construídos e operacionalizados 40 mercados de peixe. Espera-se que estas infra-estruturas possam assegurar o manuseamento e comercialização de pescado de boa qualidade em condições higiénicas, garantindo o acesso melhorado entre centro de pesca e a rede nacional de estradas.



131. Foram ligados à rede eléctrica Nacional os Mercados de Primeira Venda de Pescado de Memba e Nacala -Porto, beneficiando mais de 3,000 pessoas dos povoados de Fungo e Quissimajulo, com a melhoria do sistema de conservação do pescado destes povoados que tem a pesca como actividade principal do seu auto-sustento.

Quadro 6: Aumentar a produção e produtividade e industrialização

PRIORIDADE III: PROMOVER EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE										
Objectivo Estrategico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(i) Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura	37. N.º de projectos de Investigação, Inovação e Transferência e Tecnologias implementados (*)	281	450	47	52	57	40	196	116%	MCTESTP
	38. Volume de produção pesqueira em Toneladas (*)	254,342	402,340	290,913	303,385	340,210	397,262	397,262	97%	MIMAIP
	39. No de PMES assistidas em materias de desenvolvimento de negocios	1,500	13,200	6,691	3,960	3,690	2,928	17,259	131%	MIC
	40. Capacidade de armazenagem em silos operacionais (em toneladas)	16,000	56,000	49,500	28,500	28,500	28,500	28,500	51%	
	41. % de agregados familiares com consumo adequado (*)	66.5	75	69	68	76	85	85	218%	MASA
	42. % de agregados familiares em insegurança alimentar crónica (*)	24	16	24	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
	43. Área de regadios construídos e ou reabilitados (hectares)(*)	9,158	16,000	1,010	2333	2,662	3,995	10,000	146%	
(ii) Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e para o aumento das exportações	44. % da contribuição da indústria transformadora no PIB (*)	11% (Aprovado no PQG)								MIC
		8.8% (Real)	21%	9%	9.4%	9%	9.0%	9.0%	2%	

132. Ainda no sector do turismo foram financiados 20 projectos de investimento que resultou em 90 postos de Emprego dos quais 72 Homens e 18 Mulheres, contribuindo desse modo para melhoramento da renda familiar.

133. No âmbito de promoção de investimentos públicos e privados, principalmente, para as infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento equilibrado, foram financiados durante o período de 2015 a 2018, um total de 20 projectos de investimento do sector do Turismo, nas seguintes províncias: Niassa (3), Cabo Delgado (3), Zambézia (3), Sofala (1), Manica (2), Inhambane (6), Gaza (1) e Cidade de Maputo (1), no valor total de 13,082,50 Mil meticais. Como resultado registamos o aumento da capacidade de alojamento no total de 181, quartos, 203 camas gerando 90 postos de Emprego dos quais 72 Homens e 18 Mulheres, contribuindo desse modo para a renda das famílias empregues.

134. Criados e aprovados os seguintes dispositivos (i) Política de Emprego do País (ii) Decreto N°13/2015, de 3 de Junho sobre Trabalho Mineiro; (iii) Qualificador Profissional Comum de Técnicos e Operários; (iv) Regulamento de Trabalho em Regime de Empreitada que regula as relações laborais que se desenvolvem entre o empreiteiro de construção civil e similares e seus trabalhadores, (v) Regulamento de Trabalho Portuário, (vi) Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Agências Privadas de Emprego. Ainda no quadro da legalidade laboral, foram inspeccionados um total de 36.999 estabelecimentos, abrangendo 831.414 trabalhadores, tendo sido detectadas infracções, com maior incidência na falta de canalização de contribuições ao INSS, violação das regras de saúde e higiene no trabalho e contratação ilegal de mão-de-obra estrangeira.

135. No computo geral e no âmbito da promoção de emprego e auto emprego, foram criados durante o período 2015 a 2019 no total 1,415,141 novos empregos, o que representa 95% da meta programada para o quinquênio, sendo 302,188 (2015), 277,647 (2016), 377,639 (2017) e 457,667 (2018).

Resultados de realizações na área de emprego

Resultante de esforços do Governo e do sector privado, 1,415,141 novos empregos foram criados (com incidência na Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, Construção e Comércio por Grosso e a Retalho) dos quais 495,299 preenchidos por mulheres. O resultado alcançado no período em referência corresponde 95,38% da meta traçada para o quinquênio.

Quadro 7: Promover e cadeia de valor

PRIORIDADE III: PROMOVER EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE										
Objectivo Estrategico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(iii) Promover o emprego, a legalidade laboral e a segurança social	45. N.º de novos empregos criados pelo sector público e privado	1,366,738	1,483,562	302,188	277,647	377,639	457,667	1,415,141	95%	MTESS
	46. N.º de estágios Pré-Profissionais	11169	14,850	5,743	4,302	5,611	6,310	21,966	148%	
	47. N.º de beneficiários de formação profissional	462723	694085	129,043	106,749	160,079	210,053	605,924	87%	
	48. N.º de empresas inscritas no sistema de segurança social obrigatório	24,522	57,335	9,988	10,114	11,040	12,467	43,609	76%	
	49. N.º de trabalhadores por conta de outrem inscritos no sistema de segurança social obrigatório	429,412	688,166	96,526	93,024	95,325	96,832	381,707	55%	
	50. N.º de trabalhadores por conta própria inscritos no sistema de segurança social obrigatório	0	12,000	0	8,332	12,158	11,562	32,052	267%	
	51. N.º de estabelecimentos inspeccionados	35,787	38,000	8,406	7,523	10,106	10,187	36,222	95%	
(iv) : Promover a cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local.	52. Mercados grossistas de produtos frescos construídos e operacionais.		3	0	0	0	0	0	0%	MIC
	53. Mercados de Peixe construídos e em funcionamento.	11	43	12	13	8	5	38	88%	MIMAIP

136. Na esfera da Segurança Social, foram inscritos 43,609 contribuintes e 381,707 trabalhadores por conta de outrem e foi ainda alargada a cobertura do Sistema de Segurança Social Obrigatória para os trabalhadores por conta própria, tendo sido inscritos neste âmbito, 34,196 trabalhadores. Foi também aprovada a integração dos trabalhadores por conta própria na Segurança Social Obrigatória e assinada a Convenção Multilateral da CPLP Sobre a Segurança Social.

No contexto da *promoção da cadeia de valor dos produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local*, destaque vai para:

137. Aprovação do Regulamento do Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais da Actividade Mineira que prevê que todos os produtos minerais usados no País para o desenvolvimento da indústria local, gozam de redução em 50% da taxa do imposto sobre a produção mineira.

138. Aprovação da criação da Zona Franca Industrial de Revúbie em Tete que está associada ao Projecto de Ferro e Aço, com uma contraparte privada chinesa que será dedicada as actividades industriais a montante e a jusante de fabricação de ferro e aço.
139. Emitidos 522 títulos, sendo para 2016, 68 licenças de comercialização, 87 LPP, 155 Certificados mineiros e 4 Concessões Mineiras, no âmbito da criação de oportunidades de negócio para os cidadãos nacionais na indústria extractiva. Ainda na área mineira foram demarcadas 7 áreas designadas para senha mineira, na Localidade de Chazuca no Distrito de Machipanda em Manica (A área demarcada faz parte do centro das actividades mineira em Moçambique contendo reservas de substanciais do Ouro, Cobre, da bauxite e do asbesto.
140. Assinado o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e o de Comércio da China para o estabelecimento de uma Zona Exterior de Cooperação Económica (Parques Industriais e infra-estruturas para o apoio e desenvolvimento industrial) em Moçambique, no âmbito da transferência de capacidade produtiva da China para Moçambique, criando deste modo oportunidades de investimento para o sector de minerais para o empresariado local e adição de valor as matérias-primas locais para além da promoção de criação de parques industriais.
141. Assistidos e capacitados 17,259 empreendedores/MPMEs. Em Cabo Delgado 30 empresas foram capacitadas em matérias ligadas a Contabilidade, Higiene e Segurança no Trabalho, Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Planos Empresariais. Um dos resultados tangíveis verificados, foi a obtenção de um contrato de prestação de serviços com a empresa Anadarko por 7 empresas.
142. Licenciamento no regime simplificado 677 agentes económicos nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Manica, Sofala, Gaza, Inhambane e Maputo Província.
143. No âmbito do turismo baseado nas comunidades rurais e urbanas como forma de valorizar as iniciativas comunitárias: Criados 12 comités de gestão comunitária do património cultural edificado; Sensibilizadas as comunidades locais para a valorização do património edificado; e Formados 72 gestores comunitários do património cultural edificado.
144. Construídas unidades hoteleiras turísticas (Kapulana) nos distritos de Sussundenga e Gorongosa.
145. Implementado um Projecto de Desenvolvimento de Turismo baseado na Comunidade e Promoção do Património da Humanidade, na Ilha de Moçambique com apoio do Comité Permanente para Cooperação Económica e Comercial da Organização para Cooperação Islâmica (COMCEC), que resultou na formação de 72 guias turísticos baseados nas comunidades da Ilha de Moçambique e contribui para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais através da geração de novas oportunidades de auto-emprego para os jovens e rendimentos para as famílias, bem como para a gestão racional do nosso rico e diversificado património cultural.

146. Participação do País em 18 feiras internacionais, envolvendo o Governo e sector privado, destacando as seguintes feiras: Lisboa (3), Alemanha (1), Espanha (1), África do Sul (1), Dubai (1), Zimbabwe (1), Timor Leste (1), Brasil (1), Londres (1), Emirados Árabes Unidos (1), bem como no seminário de investimentos em Seychelles. Em 2016, participação na FIA (Feira Internacional de Artesanato) em Lisboa e Festival de Bureau na Espanha; Feira Internacional de Madrid (FITUR), Feira Internacional de Berlim (ITB), Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), Feira de Turismo INDABA e Exposição Meetings África na África do Sul, WTM Africa, - Cape Town, BITUR Luanda, Sanganai - Bulawayo.
147. No âmbito da promoção e desenvolvimento integrado das áreas com potencial turístico para atrair investimento nacional e estrangeiro: Realizadas 4 edições da Feira Internacional do Turismo de Moçambique.
148. No âmbito de promoção de Moçambique, a nível regional, continental e internacional, uma estratégia de divulgação e marketing da boa imagem de, Moçambique participou em 10 feiras internacionais (Feira Internacional de Artesanato, Feira do Turismo da África do Sul, Feira da Semana da Cultura Africana, Bolsa de Turismo de Lisboa, Feira Internacional de Amigos do México, Feira de Cuba, Bienal de Jovens Criadores, Expo Arte Moçambique, Feira Internacional de Madrid, Feira Internacional de Turismo de Berlim. A participação nas feiras do turismo permitiu que os País continue a intensificar a sua presença nos principais mercados emissores, expondo a sua imagem de destino turístico de lazer e negócios e atraindo turistas.

3.4 PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

149. Tendo em vista o objectivo Estratégico (i): **Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socioeconómicas, o consumo doméstico e a exportação**, são de destaque as seguintes realizações:
- i. Foi concluída a ligação a REN das Vilas Fronteiriças de Espungabera e Rotanda (Manica) e Milange (Zambezia).
 - ii. Foi concluída a electrificação de 6 novas Sedes Distritais, de Derre, Marara, Mulumbo, Doa, Mulevala e Luabo, incluindo a electrificação da Localidade de Mepinha, Povoados de Cruzamento de Chire, Muerengo, Guerica e povoado de Mulombe (Dere); Povoados de Nampevo e Mussarau (Mulevala); Povoado de Mameme e Posto Administrativo de Kambulatsitse (Doa); e Povoado de Dande, Mutho e Malulu (Luabo); electrificados Postos Administrativos de Vunduzi e Santugira.
 - iii. Na Província de Niassa destaca-se a electrificação de 10 Povoados no âmbito da construção da linha Maua - Nipepe, nomeadamente: Mulolowa, Kita, Mutomar, Niamera, Tiqueliwa, Nipepe, Miache, Masaca, Capuca e Metapua.

- iv. Foram electrificadas através de sistemas solares 64 Vilas, nas províncias de Niassa (13), Cabo Delgado (5), Zambézia (05), Nampula (02), Tete (19), Inhambane (15), Manica (1), Sofala (2) e Gaza (02), que beneficiaram cerca de 138,200 pessoas (65,400).



Central de Namiroa (10 kW)

Impacto:

- O projecto permitiu a melhoria da vida das populações através do incremento das actividades económicas.
- Acesso a energia eléctrica por parte das populações;
- Melhoria das condições de conservação de vacinas no hospital local e centros de Saúde dos distritos, localidades, Postos Administrativos, vilas e povoados;
- Introdução de aulas no período noturno nas escolas;
- Iluminação pública que vai aumentar a segurança na circulação de pessoas no período nocturno.
- As Vilas Fronteiriças de Espungabera ligadas a REN deixarão de depender da energia eléctrica proveniente dos vizinhos; e terão maior disponibilidade de energia para o exercício das actividades económicas.

150. No que se refere a Construção de centrais de produção de energia eléctrica resilientes à mudanças e variabilidade climáticas, foi concluída a reabilitação das centrais de Mavuzi (52MW) e Chicamba(44MW); foram construídas 4 mini-hídricas, nomeadamente: Sembezeia (62kW), Rotanda (570kW), Muoha (100kW), Chiurairue (23kW), na Província de Manica Mini-hídrica.



Impacto das Mini-hídricas:

- Aumento da disponibilidade de energia.
- Electrificação de comunidades nas zonas rurais.
- Melhoria das condições de conservação de vacinas no hospital local e centros de Saúde dos distritos, localidades, Postos Administrativos, vilas e povoados.
- Introdução de aulas no período noturno nas escolas.
- Iluminação pública que vai aumentar a segurança na circulação de pessoas no período nocturno.
- Melhoria das condições de assistência nas instituições do Estado.
- Surgimento de oportunidades de negócio como moageiras, serralharias, carpintarias, restauração, entre outras actividades.

Impacto das centrais hidroeléctricas de Chicamba e Mavuzi:

- Com a construção das centrais hidroeléctricas de Chicamba e Mavuzi aumentou a disponibilidade de energia na região Centro a qualidade para um número elevado de consumidores localizados no corredor da Beira e arredores, com particular ênfase para as Províncias de Manica e Sofala;
- Com a conclusão das centrais estão disponíveis nas centrais 96MW contra os anteriores 60MW e permite assim a estabilidade e fiabilidade energética nas Províncias de Sofala e Manica.

151. No âmbito da ***Construção de centrais a gás natural nos locais de exploração ou nas suas proximidades***, foi concluída a construção de centrais a gás de Kuvaninga (40MW) - Gaza,

Central Térmica de Maputo (110MW) e Central da Gigawatt (100MW) - Ressano Garcia, estando todas em operação.



Central Térmica de Maputo

Impacto:

- A central visa incrementar a disponibilidade de energia eléctrica na zona metropolitana da Cidade de Maputo, assegurando a qualidade e fiabilidade no fornecimento para responder à crescente procura, com reflexo imediato no desenvolvimento socio-económicos do País.



Central Térmica de Kuaninga

Impacto:

- O projecto visava o incremento da disponibilidade de energia eléctrica no Norte da Província de Gaza, assegurando a qualidade e fiabilidade no fornecimento para responder à crescente procura, com reflexo imediato no desenvolvimento socio-económico do País.

- A ligação da Central aumentou a capacidade operacional da Subestação de Lionde, associada ao aumento da potência instalada dos anteriores *12.8MW* para *40MW*, permitindo deste modo a redundância no fornecimento de energia entre as Províncias de Gaza e Maputo.



Central Térmica da Gigawatt

Impacto:

- O projecto visava o incremento da disponibilidade de energia eléctrica Província de Maputo, assegurando a qualidade e fiabilidade no fornecimento para responder à crescente procura, com reflexo imediato no desenvolvimento socio-económico do País.

152. Para *Garantir a segurança do fornecimento de energia eléctrica à escala nacional através da diversificação da localização das fontes de geração* foi concluída a construção da Central Solar de Mocuba (40MW).



Central Solar de Mocuba

Impacto:

- primeira central do género em Moçambique;
- aumento da disponibilidade de energia; e
- redução de custos associados com aquisição de energia de emergência e com os custos de combustível da central flutuante em Nacala.

No âmbito da ***Promoção da electrificação das Comunidades Ligadas aos Centros de Pesca*** foram electrificados 13 Polos Pesqueiros abaixo indicados:

153. Electrificação de Mercado da Primeira Venda (MPV) Quissanga (Cabo Delgado); Electrificação de MPV de Macomia (Cabo Delgado); Electrificação de MPV de Montepuez (Cabo Delgado); Electrificação de MPV de Tanganhane (Cabo Delgado); Electrificação de MPV Mucoroje (Nampula); Electrificação aldeia de Mulai (Zambézia); Electrificação do Povoado de Mercado Vasco (Zambézia); Electrificação de MPV de Zalala (Zambézia); Electrificação de MPV de Chiconjo (Sofala); Electrificação de MPV de Macunhe (Inhambane); Electrificação de MPV de Matasse (Inhambane); Electrificação MPV Muntanhana (Maputo); electrificação de MPV de Mahelene (Gaza).
154. Importa enfatizar que o esforço empreendido pelo sector contribuiu para que a taxa de acesso a electricidade fosse de 32% em 2018 e o numero de consumidores domésticos de 1.762.358.

Visando ***Promover os projectos de construção das Linhas de Transporte de Energia Eléctrica resilientes à mudança e variabilidade climática*** foi concluída a construção das seguintes linhas e seus impactos:

a) **Linha de Transporte Ressano Garcia - Macia**

Impacto:

- Criação de redundância de fornecimento de energia as províncias de Gaza e Inhambane
- Disponibilização de energia para futuros projectos de Industrialização do País como por exemplo as Areas Pesadas do Chibuto.

b) **Linha de Transporte Lindela - Massinga**

Impacto:

- Reforçada a capacidade de fornecimento de energia ao Norte de Inhambane em particular para o Distrito de Massinga;

- Disponibilização de energia eléctrica para futuros projectos com destaque para fábricas de cimento tendo em conta a matéria prima (calcário) existente no Norte de Inhambane.

c) **Concluída a Linha de Transporte Chibata - Dondo**

Impacto:

- Criação de redundância de fornecimento de energia as províncias da região Centro;
- Disponibilização de energia para futuros projectos de Industrialização no Centro do País.

d) **Instalação de Transformador de 200 MVA na Subestação de Chibata e Reabilitação das Subestações de Lamego, Dondo e Mafambisse.**

Impacto:

- Este projecto visava o aumento da capacidade e qualidade de transmissão e distribuição de energia eléctrica e o melhoramento do acesso a electricidade, a fiabilidade e qualidade do abastecimento aos consumidores existentes nas províncias de Sofala e Manica.
- Com a reabilitação das Subestação está garantida a estabilidade no fornecimento de energia para grande parte da Província de Sofala e Manica. Vai permitir igualmente a ligação de mais consumidores a Rede Eléctrica Nacional.

Tendo em vista *Aumentar o acesso e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-economicas, o consumo domestico e a exportacao, recorrendo as Parcerias Publicas Privadas,* foram implementados seguintes projectos:

155. Construídos 96 Postos de Abastecimento de Combustíveis Líquidos, sendo 40 construídos pelo FUNAE através do programa de Incentivo Geográfico e 56 pelo sector privado ao longo de todo o País, o que permitiu criar a capacidade de armazenagem durante o quinquenio foi de 250,000m³ de combustíveis líquido e 3,000TM de GPL.



156. A construção das Postos de Abastecimento de **Combustíveis Líquidos** nas zonas rurais através do programa do Incentivo Geográfico, cujo *impacto* reflectiu-se na redução da distância para o acesso a combustíveis e criação de oportunidades de negócio e de emprego.

157. Por forma *aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis, foi concluída a construção do Terminal de Recepção e Armazenagem de Gás de Petróleo Liquéfico (GPL)* na cidade da Beira.

Impacto:

- Com a conclusão da Terminal da Beira a capacidade de armazenamento do País duplica garantido maior segurança no abastecimento do gás de cozinha;
- Massificar-se-á o uso do gás doméstico para as Regiões Centro e Norte, cujo fornecimento actualmente é feito por via terrestre a partir de Maputo;
- Numa primeira fase a capacidade excedentária será utilizada para servir o mercado Regional.



158. Por forma *Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique* foi lançado o concurso para a alocação do gás natural para o desenvolvimento de projecto no mercado nacional, tendo sido seleccionadas as seguintes empresas:

- **GL Energy Africa** - geração de energia (250 MW).
- **Shell Mozambique** para produzir combustíveis líquidos (GTL, gasóleo e queroseno).
- **Ara International** - para produção de fertilizantes.

159. De modo *Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique* foram aprovados cinco (5) contratos de Concessão para Pesquisa e Produção no âmbito do 5º Concurso, nomeadamente:

- Área A5-A Angoche (Consorsio ENI, Sasol e ENH);
- Área A5-B Angoche (Consorsio Exxon Mobil, Rosneft e ENH);
- Área Z5-C Zambeze Delta (Consorcio Exxon Mobil, Rosneft e ENH);
- Área Z5-D Zambeze Delta (Consorcio Exxon Mobil, Rosneft e ENH); e
- Área PT-5C Pande Temane (Sasol e ENH).

160. Por forma *Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique* importa destacar:

- Foram assinados dois (2) Contratos para Aquisição de Dados Sísmicos com as empresas CGG (Sísmica 3D) na área do Delta do Zambeze e com um grupo de empresas liderada pela WesternGeo (sísmica 2D), no qual fazem parte as empresas Spectrum e ION.
- Concluída a aquisição de 15,000 km² de sísmica 2D na área T2 no Delta Zambeze.
- Concluída a aquisição de 19,000 km² de sísmica 3D na área T3.

161. Por forma *Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique*, a SASOL está também no processo de Implementação dos projectos no âmbito do Production Sharing Agreement (PSA), cujo plano de desenvolvimento foi aprovado em 2015, para a produção de Gás Natural, Petróleo leve e GPL(Gás de Petróleo Liquefeito)- vulgo, Gás de cozinha.

162. Por forma *Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique*, importa destacar o seguinte:

- **Projecto do Campo Coral Sul - Floating LNG operado pela ENI**

163. Este projecto incorpora uma unidade flutuante de liquefação de gás natural (FLNG) com capacidade de 3.37 MTPA (milhões de toneladas por ano), cujas quantidades totais estão dedicadas ao contrato de compra e venda com a BP. Note-se que, para além da empresa ENI S.a.P que é a operadora, no consórcio também participam as empresas ENH, E.P. e Galp. O Plano de Desenvolvimento - PdD foi aprovado em Fevereiro de 2016 e a Decisão Final de Investimento foi alcançada em Julho de 2017, tendo culminado com a assinatura de Contratos para a prestação de serviços e fornecimento de bens.

164. Actualmente a Eni, S.a.P encontra-se a preparar as actividades de perfuração de furos de desenvolvimento que se espera iniciar no primeiro trimestre de 2019.

165. Em Setembro de 2018 realizou-se o corte do metal que será usado na construção da plataforma flutuante, nos estaleiros da Samsung na Coreia do Sul. E a produção de gás natural liquefeito neste campo, está prevista para o ano de 2023.

- **Projecto do Campo Golfinho e Atum operado pela Anadarko**

166. Em Fevereiro de 2018 o Governo aprovou o Plano de Desenvolvimento - PdD deste projecto que prevê a instalação de uma infraestrutura de liquefação em terra, na localidade de Afungi, que consistirá em 2 módulos de liquefação com capacidade de 12 MTPA

(milhões de toneladas por ano). Neste momento decorrem negociações com vista a atingir-se o Fecho Financeiro e a respectiva tomada da Decisão Final de Investimento - DFI no primeiro semestre de 2019.

167. Em Outubro de 2018 foi aprovado pelo Governo, o Contrato de Compra e Venda de (CCV) de Gás Natural Liquefeito (GNL) entre a Mozambique LNG - 1 Company Pte, Ltd., e a Eléctricité De France (EDF). Esta aprovação abre caminhos para os requisitos da declaração da Decisão Final do Investimento - DFI para o projecto de LNG, em Palma, Cabo Delgado, um projecto de grande dimensão liderado pela Anadarko Área - 1, Lda.

168. Relativamente ao fornecimento de gás doméstico, neste projecto serão disponibilizadas quantidades significativas de gás natural (400 Milhões de pés cúbicos por dia - MMscfd) para o mercado nacional com vista a alavancar o desenvolvimento industrial dos projectos em Moçambique.

▪ **Projecto do Campo Mamba operado pela MRV**

169. Um consórcio constituído pelas empresas ExxonMobil, S.p.A, Eni, S.a.P e a CNODC é operador da Área 4 submeteu em 2018 a proposta do Plano de Desenvolvimento - PdD para o Campo Mamba para avaliação e aprovação do governo que prevê a produção de cerca de 15.2 MTPA de Gás Natural Liquefeito, através de 2 módulos de produção com a capacidade de cerca de 7.6 MTPA cada.

170. Espera-se que Decisão Final do Investimento -DFI aconteça meados de 2019, com vista ao início das operações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo.

171. Por forma **Assegurar a implementação dos Projectos de Pesquisa, desenvolvimento e produção do Gás Natural na Bacia de Rovuma e na Bacia de Moçambique** iniciaram trabalhos da Construção da Base Logística de Pemba.



Obras da Base Logística de Pemba

Impacto dos Projectos de gás de Rovuma e Pande e Temane:

- Aumento de receitas para o Estado.
- Industrialização do País, através de desenvolvimentos de vários projectos (geração de energia, petroquímicas, produção de fertilizantes e combustíveis líquidos e outros).

172. Tendo em vista *Aumentar o acesso e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação, recorrendo as Parcerias Publicas Privadas*, foram implementados os seguintes projectos:

- Expansão da rede de distribuição de gás natural canalizado para o uso doméstico e industrial sendo que até 2018 foram feitas 535 ligações. Em 2019 estão programadas 350 ligações para o uso doméstico e industrial no norte de Inhambane, cidade de Maputo e distrito de Marracuene.
- Concluída a construção dos Postos de Abastecimento de Gás Natural Liquefeito da Machava e da EN4.



Impacto:

Aproveitamento do gás para uso doméstico e económicas; utilização de gás combustível limpo e mais barato, contribuindo para a redução da factura de importação de combustível.

No concernente ao Objectivo Estratégico (ii): *melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socioeconómico*:

173. Foram construídos cerca de 1,819 km de estradas terciárias e vicinais, de acesso as zonas com grande potencial agrícola com vista a facilitar o escoamento da produção e estimular a economia rural das Províncias de Gaza (128 km), Inhambane (194 km), Sofala (201 km), Zambézia (186 km), Tete (311 km), Nampula (330 km) e Cabo Delgado (369 km).

174. Igualmente foram reabilitadas 2,666 km's e asfaltadas 593 km's de estradas nacionais e regionais.



Asfaltagem da Estrada Nacional R443: Mandlakazi/Macuacua/Mawaela

175. É de salientar ainda a construção de 50 pontes, reabilitação de 1 ponte e manutenção de 9 pontes, com destaque para a construção das pontes sobre os rios Sangadze I, Sangadze II, Pómpue e Macuca, na província de Sofala; Chigje Mangale, Muíra, Tsanzabue, Nhadima e Nhancheche, em Manica; Luia em Tete; Mutabasse, Muliquela, Matacasse, Lua, Ualasse, Licungo, Nivaco, Matsitse, Namisagua, Nuhusse, Lúrio, Muarua e Chipaca, na Zambézia; Muassi, Namutimbua e Lunho em Niassa e 1; e Locó, em Cabo Delgado.



Asfaltagem da Estrada Nacional N13: Nampula-Cuamba (lote C Malema - Cuamba)

Quadro 8. Informação sobre Pontes

Actividade	2015	2016	2017	2018	Total
Construção de Pontes	Total construção de pontes: 10 Sofala: (4): Sangadze I, Sangadze II, Pómpue e Macuca, Manica:(5): Chigije Mangale, muíra, Tsanzabue, Nhadima e Nhancheche; Tete: (1): Luia	Cabo Delgado (1): Locó	Total Construção de Pontes: 13 Zambézia (11): Mutabasse, Muliquela, Maticasse, Lua, Ualasse, Licungo, Nivaco, Matsitse, Namisagua, Nuhusse, Lúrio Niassa (2): Muassi, Namutimbua,	Total Construção de Pontes: 16 Niassa (6): Lugenda, Uriate, Necoledze, Messenguesse, Lureco e Lunho Sofala: Pungue Gaza (4): Sicacate, Munhuana, Changane, Chilhambane Maputo Cidade (1): Ponte Maputo - Ka Tembe Provincia de Maputo (4): Mahubu,	40
Reabilitação de Pontes			Inhambane (1): Ponte sobre o rio Inharime		1
Manutenção de pontes	Concluída a manutenção de 7 pontes: Cabo Delgado (1) Ponte da Unidade em Negomano, Nampula (1) Ilha de Moçambique, Sofala/Zambézia (1) Armando Guebuza, Zambézia (1) Rio Lugela, Tete (1), Ponte Samora Machel, Gaza (1) ponte de Guijá; Maputo (1) sobre o Rio Incomati.	Manutenção de pontes: 8 Rio Rovuma em Cabo Delgado (Negomane); Ilha de Moçambique em Nampula; Armando Guebuza em Sofala/Zambézia; Rio Lugela em Zambézia; Samora Machel e Kassuende em Tete; Rio Limpopo em Gaza (Guijá) e Rio Incomati em Maputo (Moamba)	Manutenção de Pontes (9): Nampula: Ilha de Moçambique; Sofala: Armando Guebuza; Zambézia: Rio Lugela, Licungo, Tete: Samora Machel Kassuende; Gaza: Rio Limpopo(Guijá) e Maputo: Rio Incomati (Moamba) e Macaneta (Marracuene)	Manutenção de Pontes (9): Nampula: Ilha de Moçambique; Sofala: Armando Guebuza; Zambézia: Rio Lugela, Licungo, Tete: Samora Machel Kassuende; Gaza: Rio Limpopo(Guijá) e Maputo: Rio Incomati (Moamba) e Macaneta (Marracuene)	9
Total	17	9	23	25	50

176. Ainda neste âmbito, destaca-se a sinalização rodoviária horizontal e vertical numa extensão de 741km de estrada dos quais 592 km entre Lindela e Pambara e os restantes 149 km em Niassa a estrada N361 entre Lichinga e Metangula e R733 entre Licole e Unango.

177. No quadro do objectivo estratégico (iii): ***Construção e expansão da capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação***, destaca-se a construção do descarregador auxiliar da barragem da Barragem de Massingir (Gaza), visando repor o funcionamento normal da barragem. Destaca-se ainda, a reabilitação de 39 comportas da barragem de Macarretane, incluindo equipamentos hidromecânicos afectados com as cheias de 2013. Assinala-se ainda neste quadro, o início das obras de construção da barragem de Moamba Major (Maputo).

178. Foram igualmente construídas 6 represas para minimizar o efeito de escassez de água nas regiões onde se verificou baixa precipitação nos últimos anos, nomeadamente, Marara (Tete); Marien Nguabi em Boane (Maputo); Majangue em



Descarregador auxiliar da Barragem de Massingir

- Magude (Maputo); Cocane, no Distrito de Chibuto (Gaza); Cassamati em Namaacha (Maputo) e em Phumula em Panda (Inhambane).
179. Foram reabilitados 189 Km de dique de defesa, sendo 168km na bacia do Limpopo e 21 na bacia de Licungo.
180. Estas obras, permitirão que o País possa dispor de infra-estruturas com capacidade para armazenamento de 53 milhões de m³ de água para o uso doméstico e produtivo, bem como a mitigação do efeito das cheias e seca.
181. No âmbito do Objectivo Extrategico (iv): **Construir e expandir infra-estruturas de saneamento, incluindo aterros sanitários;** foram construídas 42,426 fossas sépticas e efectuadas, ligações a rede de esgoto nas zonas urbanas, com vista ao melhoramento das condições de higiene e saneamento no seio das famílias e a preservação da saúde pública. Com a construção de infra-estruturas de saneamento assegurou-se o acesso a serviços de saneamento seguro a 76,678 pessoas adicionais em 2015 e 254,861 pessoas adicionais em 2016 nas zonas urbanas. Foram ainda construídas 273,258 latrinas melhoradas nas zonas rurais o que permitiu elevar-se o acesso a serviços de saneamento seguro nas zonas rurais de 912,520 pessoas adicionais em 2015 para 1,366,290 pessoas adicionais.
182. Relativamente ao Objectivo Estrategico (v): **Garantir a gestão integrada de recursos hídricos;** foram construídas 71 estações hidro-climatológicas, obedecendo a seguinte localização: região Norte -12, região Centro - Norte - 14; bacia do Zambeze 16, região Centro - 16, região Sul - 15. Foi concluída a elaboração do Estudo da rede hidro-climatológica estratégica, que comporta 333 novas estações, com a seguinte distribuição: Norte -57, Centro-Norte - 122, Zambeze - 22, Centro - 33 e Sul - 99.
183. No concernente ao objectivo Estrategico (vi): **Garantir a gestão integrada de bacias hidrográficas internacionais;** foi assinado o Acordo para a Cooperação, desenvolvimento, gestão e utilização sustentável do curso de água da bacia do Rio Pungué. O acordo visa a melhoria da vida das populações vivendo nas zonas de escassez de água bem como nas zonas vulneráveis a inundações; Foram instaladas 5 estações hidro-climatológicas telemétricas na Bacia do Zambeze (iniciativa Regional - Projecto SADC-HYCOS), assegurando deste modo uma maior disponibilidade de água nos rios ao nível nacional, mitigação e controlo de cheias;
184. Foram também aprovados os procedimentos e mecanismos de notificação a vigorarem na Bacia do Zambeze, através da Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZAMCOM) no âmbito do Protocolo Revisto sobre Cursos de Águas Compartilhados assinado em 2000.
185. Foi providenciado diverso equipamento e distribuído às associações locais para lavagem do ouro fora do leito dos rios, visando sobretudo mitigar a contaminação dos cursos de água na bacia do Rio Púnguè.

Quadro 9: Desenvolvimento de infra - estruturas económicas e sociais

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA ESTRUTURAS ECONOMICAS E SOCIAIS										
Objectivo Estrategico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(i): Aumentar o acesso com qualidade e disponibilidade de energia eléctrica, combustíveis líquidos e gás natural para o desenvolvimento das actividades socio-económicas, o consumo doméstico e a exportação	54. % da população com acesso a energia eléctrica (*)	45% - PQG (acesso a REN 26%)	55% -PQG (acesso a REN 33%)	25.9%	26.2%	28.3%	32%	32%	85.7%	MIREME
(ii): Melhorar e expandir a rede das estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socio-económico	55. % de estradas nacionais e regionais em condições boas e razoáveis (*)	68	75	69	70	70	N/A	N/A	N/A	MOPHRH
	56. Km de estradas nacionais e regionais reabilitados	283	2,774	169	275	543	1,679	2,666	96%	
	57. Km de estradas Nacionais e Regionais Asfaltadas	602	2,097	127	102	223.2	141	593	28%	
	58. Km de estradas mantidos - Rotina	19,480	20,000	18,090	13,922	11,388	16,281	14,920	75%	
	59. Km de estradas mantidos - Periódica	299	5,000	256	167	80	37	540	11%	
	60. Número de pontes construídas, reabilitadas e mantidas	11	57	17(10 Construídas e 7 mantidas)	9 (1 Construída e 8 mantidas)	23 (13 Construídas, 1 Reabilitada e 9 mantidas)	25 (16 Construídas e 9 mantidas)	50 (40 Construídas, 1 Reabilitada e 9 mantidas)	87%	
(iii): Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação	61. Capacidade de armazenamento da água (Milhões de m3) (*)	58	82	58	58	58.5	58.5	58.5	2%	
(vii): Expandir e modernizar as infra-estruturas ferroviárias, pesqueiras, de comunicações e de logística	62. Volume de carga manuseada nos portos (milhões de toneladas métricas) (*)	30.4	50	31	34	43	47	47	85%	MTC

Quanto ao Objectivo Estratégico (vii): *Expandir a rede de Infra-estruturas Sociais, da Administração Pública e Justiça, e de formação profissional:*

186. Foram construídos 9 e reabilitadas e apetrechadas 6 centros de atendimento à mulher, criança, pessoa idosa e pessoas com deficiência. Destaca-se ainda a conclusão da construção do Centro de Emprego de Búzi e do bloco de agro-processamento do Centro de Formação Profissional de Malema.



Centro de Emprego de Búzi

187. Foi concluída a construção do Hospital Central de Quelimane que já se encontra em funcionamento desde Setembro de 2016, primeiro Hospital Central de raiz a ser erguido no período Pós-Independência.

188. Destaca-se ainda a construção do Hospital Distrital de Mapai na Província de Gaza, em funcionamento desde Agosto de 2016, conclusão da ampliação do Hospital Geral de Mavalane em Março de 2016 e ampliação do Hospital Distrital da Manhica na Província de Maputo em Agosto de 2017.

189. Foi também concluída a construção do Instituto de Ciências de Saúde de Maputo em Infulene.

190. Iniciada a construção dos Hospitais Distritais de Mocímboa da Praia e Macomia, na província de Cabo Delgado; Cuamba na província de Niassa; Gilé na província da Zambézia, Hospital Distrital da Massinga, na província de Inhambane.



191. Ainda neste âmbito, foi expandida a rede sanitária com a conclusão da construção de 16 Centros de Saúde do Tipo II; o prosseguimento da construção dos 13 hospitais distritais; a construção do Hospital Provincial de Lichinga e início das obras de requalificação dos hospitais Geral de Nampula e Provincial de Inhambane;

192. O aumento do acesso aos serviços de saúde contribui para o aumento da cobertura das várias componentes dos programas de saúde, incluindo o acesso aos serviços especializados prestados pelos grandes hospitais às comunidades, facto que tem resultado na redução das distâncias e dos custos de acesso a estes serviços pela população.

193. No que se refere às infra-estruturas da justiça, destaca-se (i) a construção em curso, dos edifícios do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (Sede), Palácios de Justiça da Cidade de Nampula e do Distrito de Guro, (ii) a reabilitação de pavilhões, sanitários e bloco administrativo do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo, o Palácio de Casamentos da Cidade de Maputo e as Conservatórias de Angoche, Moma, Murrupula e Mogovolas.
194. No âmbito da expansão do acesso ao ensino técnico profissional e tendo em vista a melhoria das condições de ensino-aprendizagem, de um total de 38 previstas foram construídas, reabilitadas e apetrechadas 24 Instituições do Ensino Técnico Profissional. Essas intervenções vêm contribuindo para o melhoramento do acesso e qualidade de ensino, permitindo uma melhor preparação dos graduados para o mercado de trabalho e ainda para a criação de auto-emprego;
195. Está em curso a construção e apetrechamento de duas instituições do Ensino Superior, nomeadamente, Instituto Superior Politécnico de Pescas e Tecnologia Marinha (Inhambane) e o Instituto Superior Politécnico Agrário de Mecuburi (Nampula), podendo beneficiar perto de 1200 formandos.



Edifício Sede do IPAJ

196. No que se refere a construção de edifícios de raiz para a Polícia, foram construídas **22** infra-estruturas que vem contribuir para a melhoria das condições de trabalho e aproximação dos serviços ao cidadão, nomeadamente: Comandos Distritais da Macia e Mandlakaze (Gaza), Mabote (Inhambane), Chemba e Gorongoza (Sofala), Rapale (Nampula) e Mossurize (Manica); 2ª Esquadra da Matola, 5ª Esquadra da Beira (Sofala); Posto Policial da Malanga (C. de Maputo), Chocas Mar (Nampula), Namaacha (C. Delgado), Rio Save (Inhambane), Nhagonhane e 1º de Maio (Província de Maputo); 6 Edifícios pré-fabricados

para o SERNIC; anexos do Comando Provincial de Gaza e Escola de Formação de Sargentos da Polícia em Nhamatanda (Sofala).



Obra de construção do Comando Distrital de Chemba, inaugurado em 2018.

Tendo em vista o Objectivo Estratégico (viii): *Expandir e modernizar as infra-estruturas ferroportuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística*, destaca-se:

197. A conclusão da fase I da reabilitação do Porto de Nacala (fase de emergência), que consistiu na renovação do parque de armazenagem, o cais de combustível, aquisição de novo equipamento para manuseamento de contentores e a montagem do sistema de combate a incêndios, o que permitiu aumentar a capacidade operacional do porto.

198. Foram concluídas e inauguradas, a reabilitação da linha férrea Cuamba-Lichinga, o que permitiu assegurar o transporte de passageiros e carga; aumentar a velocidade dos comboios com uma frequência de 2 vezes por semana; reduzir o tempo de viagem dos anteriores 3 dias para 7 horas; aumento dos anteriores 10 vagões por composição para 40 vagões de carga geral e o aumento da capacidade da linha para 1 milhão de toneladas/ano. Destaca-se também a reconstrução da ponte ferroviária de Boane, na Linha de



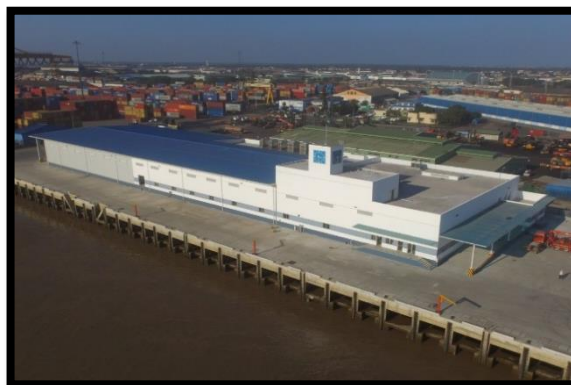
Ponte ferroviária sobre rio Umbeluzi em Boane

Goba que elevou a capacidade de 2.4 Milhões de Toneladas/ano para 5.4 Milhões de Toneladas/Ano. Esta infraestrutura, vai permitir a galvanização da cooperação geo-política

regional, transporte em economia de escala, redução do custo unitário, bem como o aumento da competitividade do Corredor de Desenvolvimento de Maputo.

199. Ainda no âmbito da modernização das infra-estruturas ferro portuárias, pesqueiras, de comunicações e de logística, fez-se a reabilitação da linha férrea de Ressano Garcia, fase I, numa extensão de 24 km na província de Maputo.
200. Foi concluída a elevação da capacidade da Linha Férrea do Sena de 6,5 Milhões de Toneladas/Ano para 20 Milhões de Toneladas/Ano, o que vai permitir o transporte em economia de escala e redução do custo unitário. Dinamização do Corredor e da economia de Tete e Marrromeu, Segurança e Mobilidade de passageiros, bem como o surgimento de oportunidades para novos negócios;
201. Destaca-se ainda a instalação de 19 estações de observações meteorológicas nos distritos de Mocimboa da Praia e Montepuez (Cabo Delgado); Pebane (Zambezia) Moma, Muite, Marrupa (Nampula); Chinde, Murrumbala, Guruè: (Zambézia); Fungue, Furacungo, Changara, Ulongue, Zumbo: (Tete); Machanga, Nhamatanda, Inhaminga: (Sofala); Funhalouro: (Inhambane); Zitundo: (Maputo). A expansão da rede de Observação meteorológicas permitiu melhorar a disponibilidade de dados para a previsão e análise do tempo a serem efectuadas ao nível de alguns distritos.
202. Foram também instalados estando em funcionamento os serviços de telefonia móvel em 71 localidades, permitindo assim o aumento do número de beneficiários de tecnologias modernas dos serviços de comunicações.
203. Com vista a melhorar a **operacionalidade no transporte de carga ferroviária**, foram reabilitados 306 vagões dos quais 273 para o sistema ferroviário centro e 33 para o sistema ferroviário sul; Ainda no Sistema ferroviário sul foram reabilitados 14 tanques para combustível. O impacto desta iniciativa reflecte-se na dinamização da plataforma logística para a viabilização da comercialização agrícola, aumento da competitividade dos portos e garantia de melhores receitas fiscais.
204. Entrou em funcionamento o novo Terminal de Carvão de Nacala - à - Velha com grande capacidade de manuseamento, com tecnologia de ponta de nível internacional para atender navios Trans-Atlânticos, com capacidade de 22,0 milhões toneladas por ano. Esta infra-estrutura garante encaixes directos de receitas fiscais para o Estado e taxas para o CFM, INAHINA e INAMAR, para além de assegurar 1,073 novos postos de trabalho para moçambicanos no terminal e 1.995 na operação ferroviária, e outros benefícios indirectos.
205. Foi concluída a reabilitação e ampliação do Cais Industrial do Porto de Pesca da Beira, o que resultou no aumento da capacidade de atracagem de 8 para 16 de embarcações industriais com comprimento médio de 40 metros; os trabalhos também consistiram no aumento substancial da capacidade de conservação de pescado com a instalação (i) 12

câmaras frigoríficas sendo 6 com a capacidade média de conservação de 250 toneladas de pescado cada das quais três específicas para atum e outras 6 com a capacidade de 50 toneladas cada; (ii) 3 fábricas de gelo com a capacidade de produção de 110 toneladas/dia; (iii) duas salas de processamento de pescado com a capacidade de processar 50 toneladas/dia; (iv) sistema de fornecimento de água e energia eléctrica a embarcações e; (vi) equipamento de reforço à capacidade de manuseamento de carga;



Porto de Pesca da Beira

206. Concluída a sinalização e a dragagem de aprofundamento aos canais de acesso aos Porto da Beira e de Maputo, o que permite a entrada com segurança de navios tipo “panamax” com mais de 60.000 toneladas brutas de arqueação. Esta intervenção, permite ainda a navegação nocturna, melhorou a eficiência operacional e competitividade, bem como a oferta de melhores serviços para os utilizadores nacionais e regionais dos corredores da Beira e de Maputo.
207. Concluída a construção e modernização do terminal multi-uso do Porto da Beira que esta dimensionada para assegurar um volume de manuseamento até 700.000 TEUS, bem como a respectiva entrada que dispõe de 5 faixas que permitem reduzir o tempo de trânsito dos operadores rodoviários, descongestionando o Porto e as vias urbanas que dão acesso ao Porto da Beira.
208. Concluída a reabilitação e ampliação do cais de rebocadores no Porto da Beira, com vista a atingir os seguintes objectivos: (i) melhorar as condições de proteção das embarcações e segurança da estrutura do cais; (ii) garantir a atracação segura das embarcações (rebocadores, balizador e dragas), bem como (iii) permitir a realização de manutenção preventiva das embarcações.
209. No âmbito do Desenvolvimento do Porto de Pemba foi adquirido equipamento pesado de manuseamento de carga no cais e no parque de contentores do Porto de Pemba e alocado um rebocador e um barco pilotos. Reabilitado todo o sistema de iluminação em todo recinto

- portuário (para garantir segurança e Operações 24/24 hrs), e foi elevado o nível de Segurança no recinto portuário e instalada nova vedação e formação dos trabalhadores;
210. No quadro da **segurança aeroportuária e portuária** foram certificam-se os aeroportos internacionais de Maputo e de Nacala, e através do Código de segurança de portos e navios, também, certificamos os Portos de Maputo e Beira.
211. O País saiu da Lista Negra da União Europeia, em 2017 com 44% do grau do cumprimento das normas da ICAO. Na última auditoria realizada em Setembro de 2018, constatou progresso para 66% do cumprimento das normas da ICAO.
212. No quadro da **abertura do espaço aéreo**, para além da companhia aérea de Bandeira, registou-se a entrada no mercado doméstico, da operação da Fastject e da Etiopia Moçambique através de voos regulares, o que permitiu, a diversificação de rotas, mais frequência, ofertas de horários e tarifas mais competitivas aos passageiros, incremento do volume de tráfego e desenvolvimento do turismo.
213. Com vista a contínua **melhoria da segurança aérea** e a qualidade do serviço prestado ao público, dos concluída a **Reabilitação da Pista do Aeroporto Internacional de Maputo** que está a permitir maior segurança nas operações das aeronaves; (ii) recepção de aeronaves de maior porte; e (iii) aumento da área de estacionamento no Terminal Doméstico e no Terminal de Carga.
214. Reaberto ao tráfego internacional o Aeródromo de Mocímboa da Praia com vista a facilitar o acesso à região norte da província de Cabo Delgado, a partir do exterior, respondendo, deste modo, à crescente demanda deste serviço, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria de hidrocarbonetos que está a fluir na Bacia do Rovuma, bem como o turismo internacional. Na componente da indústria de hidrocarbonetos, espera-se que Mocímboa da Praia passe a ser um nó logístico fundamental para o transporte aéreo dos equipamentos e prestação de serviços necessários para a construção e desenvolvimento das plataformas do Gás Natural Liquefeito (GNL) e seus derivados.
215. No âmbito da **Migração da Radiodifusão analógica para digital**, dos 60 emissores digitais planificados, for concluída a instalação de 59 em todas as províncias e nas zonas fronteiriças, e iniciar a transmissão em regime experimental da televisão digital em, Ressano Garcia, Namaacha, Magude, Bilene, Chokwe, Xai-Xai, Maxixe, Massinga, Beira, Alto Molócue, e Milange.
216. Foi concluída a implementação do sistema de vigilância automática no espaço aéreo nacional (ADSB) e certificado o Aeroporto Internacional de Nacala, estando na fase conclusiva do processo de certificação do Aeroporto Internacional de Maputo;
217. Concluídas as obras de construção civil e decoração dos estúdios de televisão em todas as províncias excepto, Lichinga, Xai- Xai, Inhambane e estúdios centrais em Maputo.

Espera-se com a implementação deste projecto, aumentar a cobertura do sinal de televisão de 50% para mais de 70% da população; (ii) aumentar a qualidade do sinal de televisão (iii) Diversificação dos conteúdos de televisão dando espaço ao surgimento de canais educativos; melhorar o conhecimento da cultura e hábitos do povo moçambicano.

218. Com vista a prover o acesso aos serviços de internet gratuita à população, foram instaladas 10 Praças Digitais em 10 Municípios do País, nomeadamente Maputo, Matola, Beira, Quelimane, Gúruè, Nampula, Ilha de Moçambique, Pemba, Mueda e Lichinga.

219. Foi concluído o projecto de instalação de televisão satélite para 500 aldeias do país cujo impacto se reflecte no aumento da cobertura do sinal de televisão para mais de 70% da população; (ii) aumento da qualidade do sinal de televisão; (iii) Diversificação dos conteúdos de televisão dando espaço ao surgimento de canais educativos; (iv) melhorar o conhecimento da cultura e hábitos do povo moçambicano.

220. No quadro da **Reabilitação da Rede Postal Rural e Urbano** e Prestação de Serviços Financeiros nas Zonas Rurais foram abertos e em funcionamento 10 balcões na Cidade de Maputo, Bela vista (Maputo), Panda, (Inhambane), Beira (Sofala) Quelimane e Mocuba, (Zambézia), Moma e Muecate, (Nampula), em Mentagula, (Niassa), e Ancuabe (Cabo Delgado). Esta iniciativa, visa reduzir a distância percorrida pelas populações na busca de serviços financeiros e otimizar as infraestruturas dos correios nas zonas rurais.

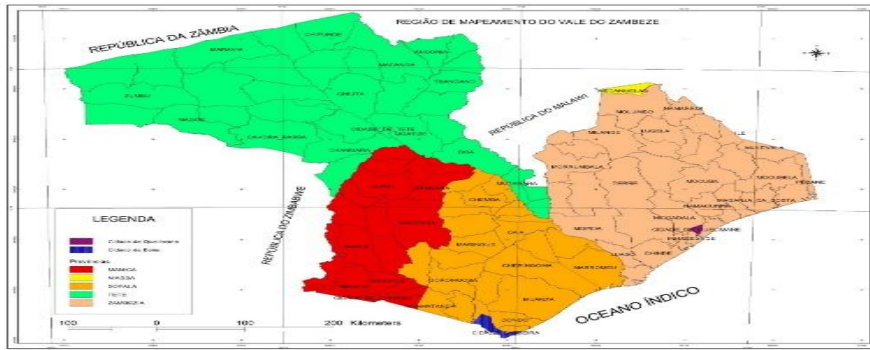
3.5 PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE

No âmbito do objectivo Estratégico (i): *Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos:*

221. Foram elaborados 9 instrumentos de ordenamento territorial, nomeadamente: (i) Plano Geral de Urbanização de Península de Afungi (Cabo Delgado); (ii) Planos de Estrutura Urbana Bilene, Chókwe, Pambara, Quelimane, Chiúre, Quissíco e Malema; e (iii) Plano de Pormenor do Município de Namatil (Nampula).

222. Ainda nesta prioridade e no âmbito do ordenamento das Zonas de Interesse Turístico (ZIT,s), em 2015, foi concluído o Plano de Metangula em Niassa e o Plano de Lumbo e Sancul.

223. Ainda neste âmbito são de destaque a produção de 9 Planos de Estrutura Urbana; mapeamentos e inventários florestais das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane, Gaza e Maputo; Plano Especial de Ordenamento do Território do Vale do Zambeze e a conclusão do Plano de Ordenamento das Zonas de Interesse Turístico de Metangula em Niassa. o Inventário Florestal Nacional.



224. No que concerne a ocupação da terra de boa-fé, foram regularizadas 614.096 parcelas de ocupantes de boa-fé e registadas no Sistema de Gestão de Informação de Terras em 10 províncias (Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa), que resultou na consolidação do cadastro nacional de terras e segurança no direito de posse pelas comunidades. Foram igualmente delimitadas 1.400 comunidades em cerca de 9,268,677.15ha, que assegurou os direitos de posse e uso de terra e outros recursos naturais as comunidades.

225. Realizada a IX Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras (FCT) com objectivo alargar as oportunidades de diálogo entre o Governo, a sociedade civil, sector privado e outros actores para a consolidação e aperfeiçoamento do quadro regulador da política e legislação de terras.

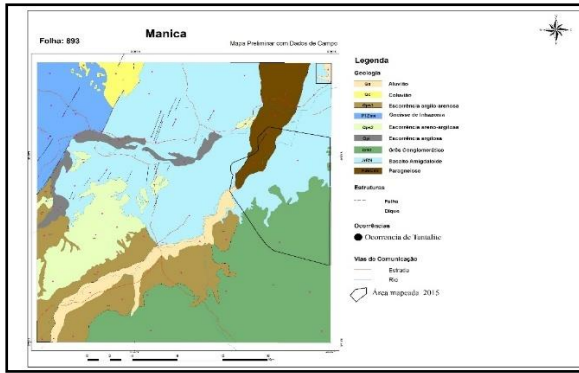


226. Participaram 263 pessoas (130 H e 133 M), este evento marcou o lançamento do processo para início da revisão da Política de terras.

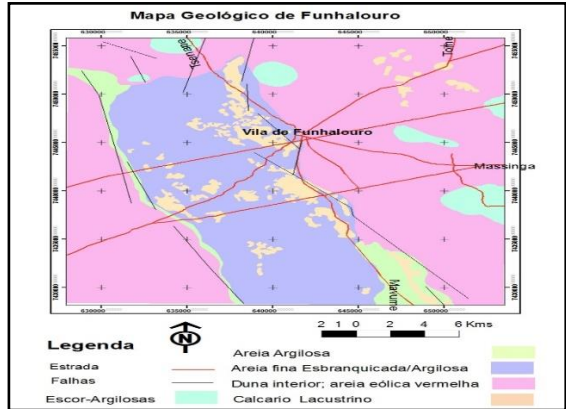
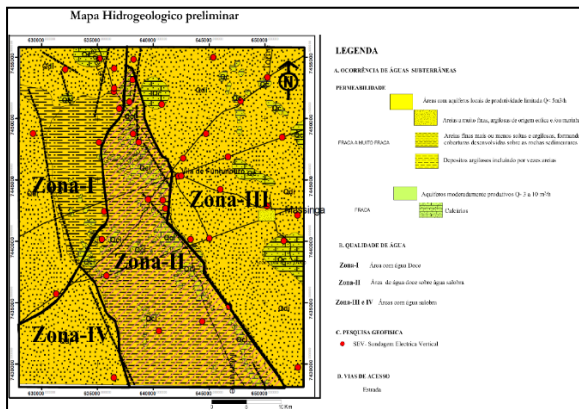
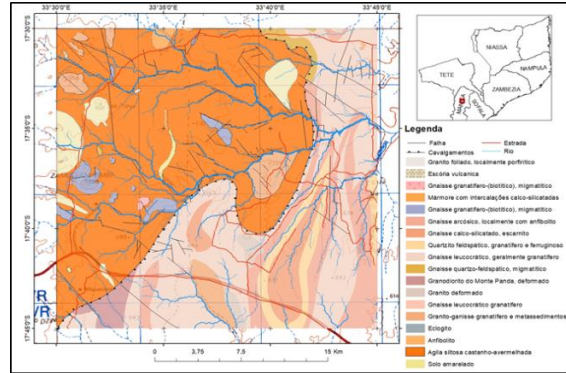
227. Foram fiscalizadas 3.172 parcelas, correspondentes a 2.7993929 ha e como resultado deste processo e da Campanha Nacional de Fiscalização de terra, lançada, em 2018, foram extintas 182 parcelas, correspondentes a 85.976 ha.

- a) No âmbito do mapeamento geológico foram produzidos mapas geológicos preliminares das Folhas 893 e 734 (Macossa), Geo-Ambiental da Folha 1057 com o objectivo atracção de investimentos através do maior conhecimento do potencial geológico.

Mapa geológico preliminar da Folhas 893



Mapa geológico preliminar da Folhas 734 (Macossa)



Impacto:

Mapas geológicos:

- Melhorar o conhecimento geológico.
- Aumentar investimento na área mineira.

Mapas hidrogeológicos:

- Aumentar o conhecimento sobre recursos hídricos.

No que concerne ao Objectivo Estratégico (ii): ***Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;*** são destacadas as seguintes realizações:

228. Aprovado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável; Lei de Taxa de Sobrevalorização da Madeira (TSM), que interdita a exportação de madeira em toros e vigas de qualquer classe, promovendo assim exportação de produtos semi - acabados e acabados;

229. Redução do nível de desmatamento de 0.36%, o mais baixo alcançado nos últimos 15 anos. Esta conquista resultou na diminuição de corte de madeira em 6%, isto é, de um milhão para 450 mil metros cúbicos por ano.

230. Aumento da receita por exploração da madeira em torno de quatrocentos por cento tendo o governo priorizado a aplicação destes recursos para a produção e distribuição de duzentas e cinquenta mil carteiras escolares.
231. Apreensão de 79.930.851,30 m³ de madeira em toro, aplicadas 5.066 multas que resultaram num valor de 1.050.805.120,25 Meticais revertidos para as receitas do Estado.
232. Apreendidos de 6 camiões, 13 tractores (10 agrícolas e 3 florestais), 16 motoserras, 2 carrinhas, 2 motorizadas, 46 serras manuais.



233. Fornecimento de 153 contentores com capacidades que variam entre 700 litros e 210 litros e outros equipamentos, nos Municípios de Maputo (Matola, Boane, Ponta de Ouro e Manhiça), Gaza (Bilene, Maxixe, Quelimane, Mocuba) Nampula (Angoche e Ilha de Moçambique) e Cabo Delgado (Pemba), no contexto da gestão de resíduos sólidos urbanos foram fornecidos;
234. Capacitação de 58 Administradores Distritais, 19 Presidentes Municipais e de 185 técnicos das Administrações Distritais e Municípios, em matéria de boas práticas ambientais e ordenamento do território;
235. Realizada a V Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais com visa fazer reflexão sobre o estágio do maneio comunitário no país, partilhar experiências com ênfase para iniciativas locais de parcerias e promoção de desenvolvimento local.



236. Alocação de 126.5 milhões de Meticais para 855 comunidades tendo em vista o aumento da sua participação na gestão dos recursos florestais e faunísticos, no âmbito da canalização de 20% das taxas sobre a exploração florestal e faunística às comunidades locais.

237. Repovoamento do Parque Nacional do Zinave e a Reserva Especial de Maputo com diversas espécies, entre elefantes, pivas, facoceros, changos, zebras, cocones e impalas, totalizando 1,228 animais.

238. Estabelecimento de 3 empreendimentos comunitários de ecoturismo, na Reserva especial de Maputo, Parque Nacional das Quirimbas e no Parque Nacional do Zinave.

239. Construção de 4 drifts sobre os rios Mussapa Grande, Russambahombe, Russambahombe e Nhamahare para a melhoria do acesso e gestão nas áreas de conservação.



Drift sobre o rio Mussapa

240. Apreensão de 2,199 kg marfim bruto, 193.5 Kg de cornos de rinoceronte e provenientes de actividades ilegais.

241. Apreensão de 50,000 m³ de madeira em toro, 2,071m³ de madeira serrada e aplicadas multas que resultaram num valor de 462,161,065.82 Meticais revertidos para as receitas do Estado.



234. Realizadas 49 disseminações sobre técnicas e tecnologias de extracção e processamento mineiro sustentáveis sendo 6 em 2015, 1 em 2016, 17 em 2017 e 25 em 2018, no âmbito da promoção e disseminação de técnicas e tecnologias de extracção e processamento sustentável dos recursos minerais, florestais, faunísticos e pesqueiros dentro do País.



242. Ainda neste âmbito, foram criadas 12 Associações de Mineradores Artesanais e de Pequena Escala e ensinadas técnicas e tecnologias de extracção e processamento mineiro sustentáveis.

No quadro do Objectivo Estratégico (iii): **Reforçar a capacidade de avaliação e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de desenvolvimento,** são de destaque as seguintes realizações:

243. Inspeccionados 1,938 empreendimentos económicos susceptíveis de causar danos ao ambiente; 456 estabelecimentos comerciais e industriais, no âmbito da operacionalização do Regulamento sobre Gestão e Controlo do Saco de Plástico, tendo sido recolhidos 58.5 toneladas de saco plástico não recomendado pelo decreto. O plástico recolhido foi reciclado e transformado em tubos de água para irrigação e produção de utensílios domésticos diversos.

244. Monitoradas 330 embarcações da PI e PSI nas águas marítimas moçambicanas e ZEE, resultando na redução de conflitos entre os diferentes operadores de pesca em zonas não autorizadas e identificação de ilegais. Como resultado foram detectados em situação ilegal 2

barcos e os respectivos processos comunicados as autoridades competentes, cujo desfecho culminou na aplicação de multa aos infractores.

245. Ainda neste objectivo e no âmbito das medidas para redução do impacto ambiental causado pelo uso de fontes energéticas não renováveis e operacionalizar a estratégia de conservação e uso sustentável da energia da biomassa, foi concluída a produção de 4.038 fogões melhorados (4.006 caseiros e 32 institucionais) nas províncias de Manica (1.528), Inhambane (1500) e Gaza (1010), que beneficiaram cerca de 24.900 pessoas (10.500 homens e 14.400 mulheres).

246. A produção e distribuição dos fogões melhorados tem por objectivo de disseminar e esta tecnologia junto das comunidades beneficiárias, visando contribuir para a redução do consumo dos combustíveis lenhosos e criar mecanismos de desenvolvimento de mercados locais e transferência de conhecimentos.

Quadro 10: Desempenho dos indicadores da prioridade V

PRIORIDADE V: ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE										
Objectivo Estratégico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(i): Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos.	63. N.º de Planos de Estrutura urbana elaborados e implementados (*)	30	53	0	8	0	1	9	39%	MITADER
	64. N.º de planos provinciais de ordenamento territorial elaborados e implementados (*)	4	10	0	0	0	0	0	0%	
(ii): Garantir a integração da Economia Verde-Azú e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.	65. N.º de empreendimentos comunitários de ecoturismo (*)	3	7	1	2	0	1	4	100%	MITADER
	66. N.º de efectivos de fauna bravia (Elefantes)	20,000	22,000	336	892	3276	994	5,498	275%	
	67. N.º de tecnologias de extração e processamento mineiro ambientalmente seguro	-	30	6	1	17	25	49	163%	MIREME
	68. N.º de associações ou cooperativas de mineiros artesanais e de pequena escala constituídos	-	10	0	0	7	5	12	120%	
	69. Área reforestada (Ha) (*)	20,000	70,000	9,105	2,600	16,738	14,303	42,746	61%	
(v): Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infra-estruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas.	70. % de comunidades com conhecimento sobre acções de redução de risco de calamidades (*)	16% (400 Comunidades)	100% (2,500 Comunidades)	11% (276 Comunidades)	6,4% (160 Comunidades)	12% (302 comunidades)	17% (351 comunidades)	1089	52%	INGC
	71. % de famílias em áreas de risco reassentadas em zonas seguras	33% (9 900 famílias)	50% (15000 cumulativo)	4,1% (207 famílias)	4,9% (248 famílias)	0,1% (5 famílias)	7,4% (383 famílias)	843	16,5%	
	72. N.º de Distritos e Municípios com Planos locais de Adaptação	0	5	10	34	29	10	83	1660%	MITADER

Quanto aos Objectivos Estratégicos (iv) e (v) : ***Promover estudos e investigação visando a redução de risco de calamidades adaptação as mudanças climáticas e, Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infra-estruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas e promover estudos e investigação visando a redução do risco de calamidades e adaptação às mudanças climáticas,*** destaca-se as seguintes realizações:

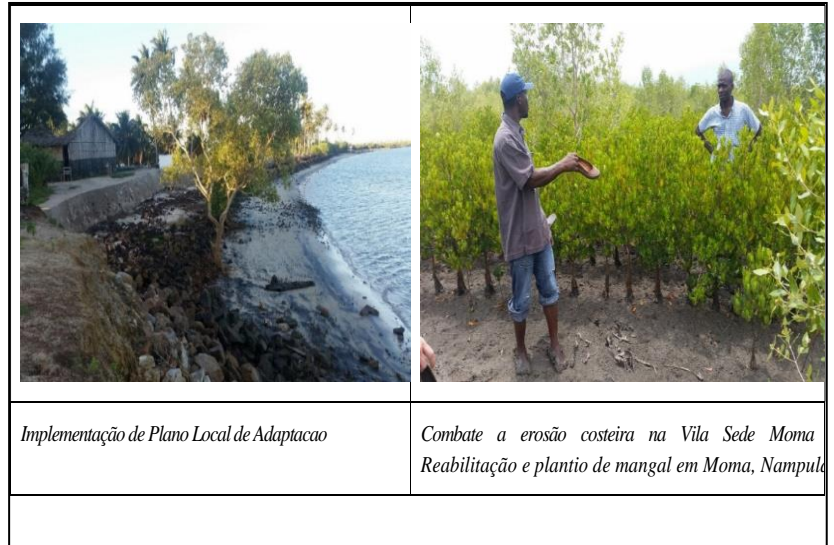
247. Mapeamento das zonas de risco de calamidades à escala adequada em 29 distritos, de um total de 44 planificados, tendo resultado a elevação da consciência das comunidades

- sobre o risco de calamidades tornando o distrito/município resilientes às mudanças Climáticas.
248. Capacitação de 10,423 pessoas, através de palestras, em matéria de Gestão de Calamidades, de um total de 5,000 planificadas (cumprimento do plano em mais de 100%) e treinadas 1,285 famílias em actividades para geração de renda no âmbito protecção e sensibilização das comunidades, sector privado, organizações da sociedade civil localizadas em áreas de elevado risco climático e de desastres naturais.
 249. Expansão da cobertura territorial dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) com a criação de 662 Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades nas comunidades mais vulneráveis de um total de 1085 planificados.
 250. Realização de 158 simulações de ocorrência de calamidades com envolvimento das comunidades, beneficiando 251 famílias em todo o País.
 251. Promoção do empoderamento das comunidades vulneráveis e lideranças locais sobre as medidas de adaptação à seca, cheias, ciclones e sismos através de capacitação de 6124 pessoas em matéria de Gestão de Calamidades de um plano de 1080 pessoas.
 252. Capacitação de 1584 pontos focais de sectores a todos os níveis sobre a implementação de medidas de prevenção e mitigação de calamidades naturais para fortalecer a coordenação multisectorial para a implantação a todos os níveis das medidas adequadas para prevenção e mitigação de calamidades naturais de um plano de 250 pontos focais.
 253. Fortalecimento da Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) para a realização eficaz, célere e atempada das operações de busca e salvamento nas áreas afectadas por desastres através do treinamento de 600 Homens, e edificação de 3 edifícios para o seu funcionamento.
 254. Criação da capacidade para a prontidão e resposta às calamidades ao nível dos Governos locais e municípios, priorizando aqueles localizados em áreas de maior risco mediante a capacitação de 93 membros dos Centros Operativos de Emergência (COEs) e de Comitês Técnicos de Gestão de Calamidades (CTGC) provinciais e distritais por ano.
 255. Expansão da cobertura dos Sistemas de Aviso Prévio de fenómenos naturais e antropogénicos para as comunidades de maior risco com a instalação, em mais 15 Distritos, do sistema de aviso prévio baseado na comunidade.
 256. Apoiadas 843 pessoas nas Províncias da Zambézia, Sofala, Tete, Niassa, no âmbito da promoção do reassentamento e reconstrução pós calamidades.

257. No contexto deste objectivo merece destaque a construção de 67 sistemas de captação de águas pluviais, 4 bebedouros para animais, 4 tanques piscícolas, 120 celeiros melhorados do tipo Gorongosa, 1 represa; e abertura de 17 furos de água e reabilitação de 41 hectares de mangal.

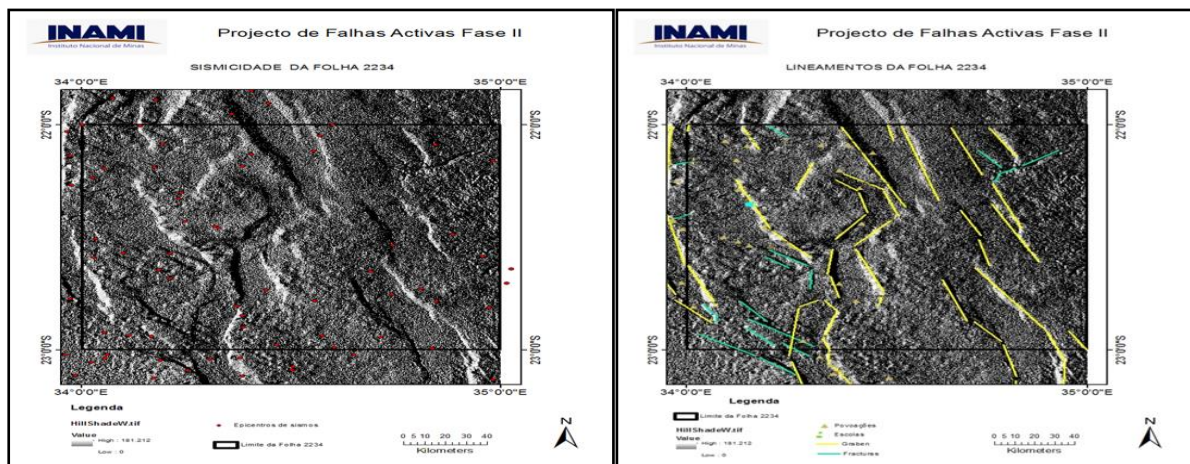
258. Criação de 534 Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades nas comunidades mais vulneráveis e treinamento de 363 Homens da Unidades Nacional de Protecção Civil, e capacitação de 830 pessoas entre lideranças locais, membros das comunidades e técnicos em matérias de gestão de risco de desastres.

259. No que concerne ao acesso aos recursos para redução da vulnerabilidade a riscos climáticos, eh de realçar a mobilização de USD 8.6 milhões do Mecanismo de Parceria de Carbono Florestal FCPF para o fortalecimento dos arranjos nacionais de gestão de prontidão do REDD+ (Redução de Emissões pelo Desmatamento e Degradação Florestal e aumento dos estoques pelo manejo sustentável de florestas).



260. Foram igualmente mobilizados cerca de US\$47 milhões de dólares do Programa de Investimento Florestal – FIP, com finalidade de melhorar as práticas e gestão de terras e florestas em paisagens específicas em Moçambique.

261. Produzidas duas (2) Cartas de Falhas Activas das Folhas 2033 e 2133; Produzida 1 Carta preliminar de Falhas Activas da Folha 2233 que cobre partes dos distritos de Chigubo, Mapai e Mabalane (províncias de Gaza) e de Mabote e Funhalouro (província de Inhambane); e Produzido Mapa preliminar de Lineamentos e de sismicidade da Folha 2,234.



Impacto:

- permitir a elaboração de mapas de risco sísmico,
- delinear as áreas mais propensa a sismos.

PILAR 1: CONSOLIDAR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.

No âmbito do Objectivo Estratégico (i) **Melhoria da prestação de serviços públicos e reforço da integridade da Administração Pública**, foram realizadas as seguintes acções de destaque:

262. Entregues 03 prémios de “melhores práticas na Administração Pública (AP)” com o objectivo de fomentar o desenvolvimento de boas práticas e reconhecimento do mérito. Atribuídos 15 prémios de nacionais de jornalismo sendo 2015 (03); 2016 (03); 2017 (02) e 2018 (07) no âmbito da consolidação do quadro legal de implementação das políticas sectoriais;
263. Capacitação e Graduação de 4498 Funcionários e Agentes do Estado em Administração Pública, capacitação de 5680 funcionários em matérias relevantes para a realização das suas actividades, totalizando 10178 Quadros abrangidos, visando o aprofundamento do profissionalismo na Administração Pública. Incluindo lideranças e dirigentes, sendo 48 membros do Conselho de Ministros, 11 Governadores Provinciais, 76 chefe das Localidade, 54 Chefes dos Postos Administrativos; 811 Membros das Assembléias Provinciais, 152 Administradores de Distrito, 21 Secretários Gerais/ Permanentes dos Ministérios, 11 Secretários Permanentes Provinciais, 115 Membros do Governo Provincial.
264. Incrementada a transparência e controlo do pagamento da remuneração dos FAEs com a realização regular a Prova de Vida que incide sobre 335,825 FAE, dos quais 323,748 confirmaram a sua existência, correspondente a 96,4%, realizaram a PV. Este mecanismo contribuiu para (i) o conhecimento do número real de funcionários e agentes do Estado existentes e pagos pelo Estado; (ii) para identificação de funcionários e agentes com vínculo irregular com o Estado; (iii) eliminação das falsificações de carreiras profissionais para obtenção de salários em montantes indivíduos; (iv) inactivação de todos os casos não esclarecidos e a (v) responsabilização dos mentores de casos de pagamentos a “funcionários fantasmas”, que só no presente ano, foram inactivados 29,689 do cadastro electrónico, o que contribuiu para a poupança de recursos públicos.

Funcionários realizando prova de Vida no mês de seu aniversário



265. Retomada a implementação dos actos administrativos (progressões, promoções e mudança de carreiras tendo sido realizadas até ao momento 62,520 promoções, 62,703 progressões e 52,382 mudanças de carreira em todo o país de um total de 78,277 promoções, 62,938 progressões e 87,359 mudanças programadas.
266. Reforço da fiscalização da legalidade dos actos administrativos na Administração Pública com a realização de inspecções a 173 instituições públicas (41 dos órgãos centrais, 85 dos órgãos locais do Estado (OLEs) e 47 Municípios e tramitação, anualmente, de pelo menos 2,081,314 petições, o que tem se fixada em mais de 90% das petições concluídas; bem como a capacitação de 540 inspetores e técnicos.
267. Promoção da cultura de ética e disciplina na Administração Pública através do cumprimento rigoroso das normas e procedimentos na prestação de serviços com a aprovação do Código de Conduta dos Funcionários e Agentes do Estado; realização da Conferência da Lei do Direito à informação; colocação em funcionamento 204 Linhas verdes, sendo 100 do nível central e 104 do nível local.
268. Implementação de acções que visam preservar a memória institucional na Administração Pública e assegurar o acesso célere a informação através capacitação de 16,713 funcionários e Agentes do Estado no âmbito de implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado (SNAE), de um total de 9,730 funcionários e Agentes do Estado planificados para o quinquénio, correspondendo a uma realização de 171,7%; capacitação de 850 Comissões de Avaliação de Documentos, correspondendo a uma realização de 100%.

O antes e depois da organização das pastas de arquivo



269. Revisão da Lei do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE) e respectivo Regulamento (REGFAE) visando a consolidação das relações laborais no Aparelho do Estado;
270. Aprovados os seguintes instrumentos legais:
- a) Regulamento do Estatuto Geral do Funcionário e Agente do Estado.
 - b) Regulamento de Higiene e Segurança na Função Pública.
 - c) Regulamento sobre Bolsa de Estudo.
 - d) Regulamento sobre o pagamento do subsídio do Funcionário e Agente do Estado em prisão preventiva;
 - e) Diploma Ministerial conjunto que atualiza o valor do subsídio de funeral;
 - f) Diploma Ministerial que define os critérios de operacionalização dos Actos Administrativos (promoções, progressões e mudança de carreira) no âmbito das medidas de contenção da despesa pública;
 - g) O Regulamento de Organização e Funcionamento dos Institutos, Fundações e Fundos Públicos.
271. Criadas condições materiais para realização do recenseamento assim como realização das quintas eleições autárquicas em Moçambique a 10 de Outubro de 2018 em coordenação com os órgãos eleitorais por forma a assegurar o aprofundamento da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento ao nível dos distritos e das autarquias locais.

Foto representativa dos líderes comunitários do primeiro escalão



272. Legitimação e reconhecimento de 28,533 Autoridades Comunitárias do 3º escalão visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação entre os órgãos do Estado, as autarquias locais e as autoridades comunitárias.

Quadro 11. Desempenho dos indicadores do pilar I

PILAR I: GARANTIR O ESTADO DE DIREITO DEMOCRATICO, BOA GOVERNACAO E DESCENTRALIZACAO										
Objectivo Estrategico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(ii): Melhorar o ambiente de negócios	73. Nº de dias para o licenciamento empresarial (*)	10	6	4	4	3	3	3	175%	MIC
	74. Nº de procedimentos para abertura de empresas (*)	9	5	9	4	4	4	4	125%	MIC
(iii): Prosseguir a Reforma e Capacitação dos Órgãos Locais de Estado, Autarquias Locais e Assembleias Provinciais	75. % de Órgãos Locais do Estado (OLEs) que funcionam em instalações apropriadas (*)	80% (121 Distritos) 60% (244 Postos Administrativos) e 30% (339 Localidades)	90% (139 Distritos) 80% (326 Postos Administrativos) e 60% (679 Localidades)	82% (Distritos); 63% (Postos Administrativos) e 36% (Localidades)	84% (Distritos); 68% (Postos Administrativos) e 42% (Localidades)	84% (127 Distritos); 68% (268 Postos Administrativo s); 42% (437 Localidades)	84% (127 Distritos); 68% (268 Postos Administrativo s); 42% (437 Localidades)	85% (131 Distritos); 73% (296 Postos Administrativo s); 37% (416 Localidades)	56% (Distritos); 64% (Postos Administrativo s); 23% (Localidades)	MAEFP
	76. % de Municípios que funcionam em edifícios próprios (*)	60%(32 Municípios)	79%(42 Municípios)	62%	62%	71.4% (37 Municípios)	81% (43 Municípios)	81% (43 Municípios)	111%	MAEFP
	77. % de Autarquias Locais com instrumento de ordenamento Territorial em implementação (*)	57%(30 Municípios)	100%(53 Municípios)	57%	0%	73.58% (39 Municípios)	74% (39 Municípios)	74% (39 Municípios)	39%	MAEFP
(iv): Assegurar uma justiça ao alcance de todos, mais próxima e mais justa, com enfoque na efectividade dos direitos fundamentais dos cidadãos.	78. % de casos julgados por ano	95%	95%	100%	100%	94%	86.80%	86.80%	91%	MJCR
	79. % de crianças registadas por total de nascimentos por ano (*)	25%	50%	33%	23%	29%	N/A	N/A	N/A	MJCR
(v): Prosseguir o combate a corrupção, reforço da prevenção e combate à todo tipo de crimes, emissão de documentos de identificação, controlo do movimento migratório e salvação pública.	80. % de casos criminais esclarecidos em relação aos registados	84%	85%	84.09%	84%	86.0%	86.80%	86.8%	102%	MINT
	81. % de população que possui o BI biométrico (*)	17.29%	52.90%	22.26%	27.21%	33.80%	39.36%	39.36%	62%	MINT
	82. % de casos de corrupção acusados por total de casos entrados (*)	35%	45%	82%	52%	60%	N/A	N/A	N/A	MJCR
	83. Nº de vistos de fronteira emitidos	N/A	712.000	39.296	38.109	46.674	73.362	197.441	28%	MINT

Relativamente ao Objectivo Estratégico (ii) **Melhoria do ambiente de negócio**, destacam-se as seguintes realizações:

273. Integrado no âmbito da implantação da Plataforma Integrada de Prestação de Serviços, 11 Balcões de Atendimento Único das capitais provinciais e 5 pontos de atendimento, dos quais 2 no distrito de Matutuine, 1 em Moamba, 1 em Mandlakazi e 1 em Chibuto. Ainda, foram integrados 11 sectores (Educação, Saúde, Pescas, Trabalho, Transportes e Comunicação, Obras Públicas, Municípios, Recursos Minerais, Justiça, Agricultura, Ciência e Tecnologia).
274. Concebeu-se um modelo de Diálogo Público Privado (DPP), que tem como principais interlocutores o Governo e o Sector Privado, no contexto da melhoria dos mecanismos de diálogo e articulação entre O Governo e Sector Privado. Neste âmbito da promoção do DPP, 3 Edições da Conferência Anual do Sector Privado (CASP), grau mais alto do cometimento, e está prevista, para o mês de Março de 2019, a realização da XV Edição da CASP.
275. Simplificação de procedimentos para o licenciamento empresarial tendo resultado na redução do número de dias para atribuição de licenças, de 10 dias em 2014, para 3 dias em 2018, bem como, uma redução de procedimentos para abertura de empresas, de 9 procedimentos em 2014 para 4 procedimentos;
276. O reforço e melhoria dos mecanismos de dialogo e articulação entre o governo e sector privado.
- Quanto ao Objectivo Estratégico (iii): **Prosseguir a reforma e capacitação dos órgãos locais do estrado, autarquias locais e assembleias provinciais**, é de destacar as seguintes ações:
277. Prossecução da actualização e ajustamento da organização territorial e toponímia do País mediante a delimitação de 140 unidades territoriais entre Distritos, Postos Administrativos e Localidades de um total de 100 unidades planificadas para o quinquénio correspondendo a um cumprimento do plano em 140%; aprovação de 156 topónimos;
278. Capacitados 1,251 membros dos órgãos Locais, sendo 11 Governadores Provinciais, 76 chefe das Localidade, 54 Chefes dos Postos Administrativos; 811 Membros das Assembleias Provinciais, 152 Administradores de Distrito, 21 Secretários Gerais/ Permanentes dos Ministérios, 11 Secretários Permanentes Provinciais, 115 Membros do Governo Provincial;
279. Aprovado o quadro legal e institucional (lei 6/2018 de 3 de Agosto e lei 7/2018 também de 3 de Agosto) referente a eleição e implantação das autarquias locais no âmbito da revisão pontual da Constituição da República.
280. Iniciada a elaboração das propostas de Leis relativas aos órgãos de governação Descentralizadas, eleição de seus órgãos assim como da representação do Estado, e tutela das entidades descentralizadas.

Foto da obra de Residência Oficial de Administrador em Marara



Relativamente ao Objectivo Estratégico (v): *prosseguir o combate a corrupção, reforço da prevenção e combate à todo tipo de crimes, emissão de documentos de identificação, controlo do movimento migratório e salvação pública*, destaca-se as seguintes realizações:

281. No que concerne ao combate a criminalidade, de 2015 a 2018 registrou-se cumulativamente **80,523** casos criminais, tendo sido esclarecido **68,774** casos.
282. Considerando os 84% de operatividade policial do ano base (2014), em 2018 foi alcançado 87% de operatividade, o que corresponde a 102.35%, em relação a meta do quinquénio fixada em 85%.
283. Até 2015, 17,29% do total dos 24,000,000 de habitantes possuíam o BI biométrico.
284. Em 2018, a percentagem de moçambicanos que possuía o BI biométrico foi de 39,36%, em relação à meta do quinquénio fixada em 52.90%. Nesta base, o grau de cumprimento fixou-se em 62%.

Relativamente ao Objectivo Estratégico (vi) *Visando a assegurar os serviços de comunicação social e informação de qualidade*, foram realizadas as seguintes acções:

285. Lançamento da Revista Moçambique um meio de comunicação social que tem permitido a promoção da imagem do País.
286. Construído e equipado o Centro de Retransmissão do Sinal da Antena de Nacional da Rádio Moçambique em Angoche, província de Nampula.



Centro de Retransmissão do sinal da Antena Nacional da Rádio Moçambique em Angoche.

287. Construída a Rádio Comunitária de Chitove, localizada em Machaze, província de Manica, local onde funciona o Centro Multimédia do distrito, bem como a Rádio Comunitária de Maríngue, na província de Sofala.

PILAR 2: PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL.

Visando **Aumentar a arrecadação de receitas do Estado e assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado**, merecem destaque as seguintes realizações:

288. Assegurada a cobrança das metas anuais de receitas e garantido o funcionamento normal das instituições do Governo e a realização de investimentos públicos, num contexto de desaceleração da actividade económica e suspensão do Apoio Geral ao Orçamento pelos parceiros de cooperação internacional.

289. Abertos e operacionalizados 09 postos de cobrança dos 14 programados, nomeadamente em Chiúre, Maconia, Moatize, Catandica, Ressano Garcia, Marrupa, Nhamatanda, Changara e Marracuene.

290. Integrados 245 contribuintes ao sistema de pagamento via banco.

291. Criado o Fundo de Pensões dos Funcionários do Estado, com o objectivo de garantir a cobertura do gozo efectivo dos benefícios do plano de pensões instituído para os funcionários do Estado que tenham contribuído com descontos de compensação para aposentação.

292. Realização da 1ª Prova de Vida (PV) dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) com recurso a biometria, que decorreu em 2015, tendo sido criadas as condições necessárias a

nível da aplicação informática (e-CAF) que garantem a continuidade do processo da PV por cada FAE no mês do seu aniversário natalício.

293. Realizada a Prova de Vida Biométrica dos Pensionistas e Rendistas do Estado em regime de campanha, que abrangeu titulares de 101,489 pensões, o correspondente a 62% da meta inicial fixada em 164,000 pensões.
294. Aprovado o Decreto 77/2017, de 28 de Dezembro, relativo aos procedimentos para a emissão e gestão da dívida pública e das garantias pelo Estado, visando o controlo e redução do risco fiscal.
295. O Défice Orçamental antes do donativo em % do PIB apresenta actualmente níveis menores que 10%, ou seja, muito abaixo dos níveis programados para o quinquénio.

No quadro de formulação de políticas e estratégias nacionais, sectoriais e territoriais integradas, é de realçar:

296. Aperfeiçoamento da elaboração de instrumentos de gestão económica e social do Governo, tendo sido produzidos os seguintes instrumentos:
 - Plano de Acções dos Primeiros 100 dias de Governação e o respectivo balanço,
 - Balanço do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019,
 - Cenários Fiscais de Médio Prazo de 2015 a 2019,
 - Planos Económicos e Sociais e Orçamentos do Estado de 2015 a 2019,
 - Balanços do Plano Económico e Social e Relatórios de Execução Orçamental trimestrais, semestrais e anuais de 2014 a 2018,
 - Contas Gerais do Estado 2014 a 2017,
 - Relatório da Quarta Avaliação Nacional da Pobreza e Bem-estar 2014/2015,
 - Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019;
 - Estratégia de Médio Prazo de Gestão da Dívida Pública;
 - Relatório de Progresso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
 - Segundo Relatório de Auto Avaliação do País no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).
297. Concluído a 15 de Agosto de 2015, o Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15 (IOF 2014/15), tendo sido elaborado e divulgado o relatório dos resultados do inquérito.
298. Realizado o IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 e divulgados os resultados preliminares.

299. Elaboração do Modelo de Negócios do Subsistema de Planificação e Orçamento (SPO) e o Manual de Planificação e Orçamentação que inclui o Guião para a definição, criação e gestão de programas;
300. Revisão de Leis e Regulamentos visando a facilitação e incentivo da actividade económica, melhoria do controlo tributário de determinadas operações de sectores emergentes e a redução de riscos fiscais e fiduciários para o Estado com destaque para:
- Revisão do Código do IVA e da Pauta Aduaneira, visando estimular o aumento da comercialização agrícola, o alargamento da base tributária e o desenvolvimento do agro-negócio e a substituição de importação de bens essenciais.
 - Aprovação dos Regulamentos das Leis que fixam os Regimes Fiscais e de Benefícios Fiscais para as actividades mineira e petrolífera, nomeadamente a Lei n.º 28/2014, de 23 de Setembro, e Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro, com vista a promoção da pesquisa e produção mineira.
 - Revisão e aprovação do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado através do Decreto n.º 5/2016, de 8 de Março.
 - Elaborada a proposta de Lei sobre o Conteúdo Local;
 - Revisão da Lei do Sector empresarial e concluídos os processos de reestruturação de 8 empresas nomeadamente: TDM/Mcel, LAM, PETROMOC, SEMOC, Medimoc, Transmarítima, Complexo Agro-industrial de Chókwè, FARMAC.

No quadro da coordenação da gestão das Políticas Fiscal, Monetária e Cambial com vista a assegurar os objectivos do crescimento económico e controle da inflação, destaca-se:

301. Adopção de medidas de política fiscal restritivas à luz do Decreto 75/2017, visando assegurar a sustentabilidade orçamental, controlo e redução de riscos fiscais. Não obstante o carácter restritivo do Orçamento do Estado, Assegurado, foi assegurado o pagamento regular de salários, pensões e horas extras e criadas condições para a operacionalização, a partir do ano 2018, dos actos administrativos relativos à promoção, progressão e mudança de carreira dos funcionários e garantida a afectação de cerca de 60% do Orçamento do Estado para os sectores sociais prioritários, infra-estruturas, abastecimento de água e saneamento.

302. Adopção de medidas de política monetária, visando a regulação da liquidez nos níveis adequados ao crescimento da actividade económica, nomeadamente:

- Aumento do coeficiente de reservas obrigatórias para os passivos em moeda estrangeira em 1300 pontos base, passando para 27.0% e manutenção do coeficiente para os passivos em moeda doméstica em 14.0%.
- Redução da taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, num acumulado de 525 pontos base passando para 14.25%;
- Redução das taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência (FPC) e da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 325 pontos base e 275 pontos para 17.25% e 11.25%, respectivamente;

303. **Com vista assegurar um sistema financeiro robusto, moderno, abrangente e inclusivo**, foi incrementado o número de distritos com cobertura bancária, com a entrada em funcionamento de instituições financeiras em mais 15 distritos, designadamente:

- Gaza (02): Chicualacuala e Mabalane;
 - Inhambane (03): Mabote, Morrumbene e Panda;
 - Sofala: (02): Chemba e Chibabava;
 - Manica: (02) Guro e Vanduzi;
 - Zambézia (01): Namacurra;
 - Nampula (02) Moma e Rapale;
 - Cabo Delgado (03): Ancuabe, Balama e Nangade.
- Financiadas 19 Instituições de intermediação financeira e de desenvolvimento local.
 - Efectuada intervenção ao nível de duas instituições de crédito, nomeadamente a Moza Banco, com vista proteger os interesses dos depositantes e dos demais credores, bem assim a estabilidade dos mercados.
 - Aprovada a Lei que cria as Centrais de Informação de Crédito de gestão privada (Lei n.º 6/2015, de 6 de Outubro) e o respectivo Regulamento, com vista a facilitar o desenvolvimento do crédito comercial e dinamizar a actividade comercial no âmbito do fortalecimento do Sistema Financeiro.

304. Como corolário das acções de **promoção do crescimento sólido e estável do mercado de seguros e da Bolsa de Valores**, registaram-se os seguintes resultados:

- Incrementada a taxa da capitalização Bolsista em % do PIB, de 6% em 2015 para 8.6% em 2018.
- Incrementada a taxa de penetração dos seguros na economia de 1.44 em 2014 para 1.62% em 2017, o que corresponde a 77% da meta do quinquénio de 2.1%.

Quadro 12. Desempenho dos Indicadores do Pilar II: Promover um ambiente macro económico equilibrado e sustentável

PILAR II: PROMOVER UM AMBIENTE MACROECONOMICO EQUILIBRADO E SUSTENTAVEL										
Objectivo Estrategico	Indicadores do PQG	Base 2014	Meta 2019	Real. 2015	Real. 2016	Real. 2017	Real. 2018	Realização 2015-2018	Grau de Realiz. 2015-2018 (%)	Instituição responsável
(i): Aumentar a arrecadação das receitas do Estado, assegurar a afectação criteriosa dos recursos, reduzir o défice orçamental e adequar a gestão da previdência social dos funcionários e agentes do Estado	84. Receita do Estado em % do PIB (*)	27.5%	32.5%	22.5%	24.9%	25.18%	21.49%	21%		MEF
	85. Défice orçamental antes do donativo em percentagem do PIB (*)	22.7%	22.0%	17.0%	17.0%	3.50%	1.50%	1.50%		
	86. Valor presente do Stock da dívida em % do PIB	37%	40%	39.9%	74.5%	57.6%	N/A	N/A	N/A	
(ii): Aperfeiçoar a condução da gestão da política fiscal, monetária e cambial, com vista assegurar os objectivos do crescimento económico e controlo de inflação	87. Taxa de crescimento do PIB	7.0%	7% a 8%	6.6%	3.3%	3.7%	N/A	N/A	N/A	MEF
	88. Inflação média anual	2.6%	<10%	3.6%	19.9%	15.11%	3.91%	10.62%		
(iv): Promover o crescimento sólido e estável do mercado de seguros e da Bolsa de Valores	89. Taxa de penetração de seguradoras (*)	1.4%	2.1%	1.6%	1.6%	1.45%	1.06%	1.06%		MEF
	90. Capitalização bolsista em percentagem do PIB (*)	6.0%	8.0%	7.8%	9.1%	8.9%	8.6%	8.6%	130%	
	91. Número cumulativo de empresas cotadas na bolsa de valores no seguimento acionista (*)	4	10	4	4	6	7	7	50%	

PILAR 3: REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Objectivo Estratégico_(i) Consolidar, aprofundar e expandir a Cooperação Bilateral:

305. No quadro deste objectivo, entre 2015 e 2018 o País fez-se representar em várias jornadas, tendo sido firmados compromissos bilaterais protocolos e acordos.
306. No quadro da consolidação, aprofundamento e expansão da cooperação bilateral e reforço multilateral, a nível político-diplomático, destacam-se (i) a visita de trabalho do Chefe do Estado ao Ruanda, (ii) a participação da III Cimeira do Fórum China-África, e (iii) a participação na XII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 73^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
307. Foram realizadas em Maputo 8 acções para o reforço da cooperação no âmbito das sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, de um plano de 10, o correspondente a uma realização de 80%.
308. No quadro do Reforço da Cooperação Internacional, foram inscritos 107 eventos relativos à participação em cimeiras, conferências, reuniões estatutárias de carácter bilateral, multilateral, regional e continental, tendo Moçambique participado em todos eles.
309. Em relação às Conferências Ministeriais, Comissões Mistas, Diálogos Políticos, Consultas Políticas, Reuniões Técnicas e outras estava prevista uma meta de 353 de realização e Moçambique tomou parte de 788 eventos, o que corresponde a um grau de realização de 278%.

310. Relativamente a protecção legal, assistência humanitária a **Requerentes de Asilo e Refugiados (RAR's)** no País, foram inscritos 84.668 Refugiados, tendo sido assistidos cerca de 94.986 RAR's, o correspondente a um grau de realização 109%.
311. Relativamente ao objectivo de estimular a contribuição dos moçambicanos na diáspora, no desenvolvimento nacional e no fortalecimento do apoio às comunidades moçambicanas no exterior, destacam-se (i) o apoio aos membros da comunidade moçambicana em Portugal; (ii) a assistência aos estudantes que ingressaram ao ensino superior em Portugal; e o (iii) o cadastro dos moçambicanos vivendo em Portugal.
312. Ainda na mesma acção foram assistidos 29 emigrantes moçambicanos no encaminhamento ou localização de familiares / parentes na diáspora, de um plano de 15, o que corresponde a uma realização de 193%.
313. Neste Pilar, no quadro do objectivo da consolidação, aprofundamento e expansão da **Cooperação Bilateral** foram assistidos, em todo o País 16,422 Estrangeiros **Requerentes de Asilo e Refugiados**.
314. No âmbito da prossecução do objectivo do impulso da **Integração Regional e Continental**, foi aberto o Gabinete do Adido de Moçambique na Suazilândia, e garantida a participação 120 atletas de Moçambique nos XI Jogos Africanos 2015, realizados no Congo - Brazzaville.

No quadro do **Objectivo Estratégico (ii) impulsionar a Integração Regional e Continental**, destacam-se as seguintes realizações:

315. Assinatura do Acordo de Cooperação com Angola no domínio da actividade inspectiva do jogo e de branqueamento de capitais.
316. Assinatura de Protocolos de Cooperação entre a ADZ e diversas instituições com destaque para o BTM-Banco Terra Moçambique e NBF, Ltd-Nippon Biodiesel Fuel, no âmbito da bancarização e expansão de serviços financeiros.
317. No âmbito concretização do processo de integração tripartida na região Austral e Oriental do continente de 2015 a 2016 foram prosseguidas as negociações para o estabelecimento de um mercado que integra os 26 países das três regiões (COMESA-EAC-SADC), a ZCLT.

No quadro do **Objectivo Estratégico (i) consolidar, aprofundar e expandir a Cooperação Bilateral**, destacam-se as seguintes realizações:

318. Representação do País em várias jornadas, tendo sido firmados compromissos bilaterais, protocolos e acordos.
319. No quadro da consolidação, aprofundamento e expansão da cooperação bilateral e reforço multilateral, a nível político-diplomático, destacam-se (i) a visita de trabalho do Chefe do Estado da Republica do Ruanda, (ii) a participação da III Cimeira do Fórum China-África, e (iii) a participação na XII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

320. Foram realizadas em Maputo, 8 acções para o reforço da cooperação no âmbito das sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, de um plano de 10, o correspondente a uma realização de 80%.
321. No quadro do Reforço da Cooperação Internacional, foram inscritos 107 eventos relativos à participação em cimeiras, conferências, reuniões estatutárias de carácter bilateral, multilateral, regional e continental, tendo Moçambique participado em todos eles.
322. Em relação às Conferências Ministeriais, Comissões Mistas, Diálogos Políticos, Consultas Políticas, Reuniões Técnicas e outras, estava prevista uma meta de 353 de realização e Moçambique tomou parte de 788 eventos, o que corresponde a um grau de realização de 278%.
323. Relativamente a protecção legal, assistência humanitária a Requerentes de Asilo e Refugiados (RAR's) no País, foram inscritos 84.668 Refugiados, tendo sido assistidos cerca de 94.986 RAR's, o correspondente a um grau de realização 109%.
324. Relativamente ao objectivo de estimular a contribuição dos moçambicanos na diáspora, no desenvolvimento nacional e no fortalecimento do apoio às comunidades moçambicanas no exterior, destacam-se (i) o apoio aos membros da comunidade moçambicana em Portugal; (ii) a assistência aos estudantes que ingressaram ao ensino superior em Portugal; e o (iii) o cadastro dos moçambicanos vivendo em Portugal.
325. Ainda na mesma acção foram assistidos 29 emigrantes moçambicanos no encaminhamento ou localização de familiares / parentes na diáspora, de um plano de 15, o que corresponde a uma realização de 193%.
326. Neste Pilar, no quadro do objectivo da consolidação, aprofundamento e expansão da Cooperação Bilateral foram assistidos em todo o País 16,422 Estrangeiros Requerentes de Asilo e Refugiados.
327. No âmbito da prossecução do objectivo do impulso da Integração Regional e Continental, foi aberto o Gabinete do Adido de Moçambique na Suazilândia, e garantida a participação 120 atletas de Moçambique nos XI Jogos Africanos 2015, realizados no Congo - Brazzaville.

Relativamente ao Objectivo Estratégico (ii): Impulsionar a Integração Regional e Continental, destacam-se as seguintes realizações:

328. Aberto o Gabinete do Adido de Moçambique na Suazilândia, e garantida a participação 120 atletas de Moçambique nos XI Jogos Africanos 2015, realizados no Congo - Brazzaville.
329. A Presidência do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, por Moçambique em Abril de 2015 e a Presidência da “Troika” do Órgão de Cooperação para as Áreas Política, Defesa e Segurança da SADC.

330. Presidência de Moçambique no Conselho de Paz e Segurança da União Africana, ocasião em que participou na tomada de decisões importantes para paz, estabilidade e consolidação da democracia no Continente com destaque para a situação no Burundi e no Sudão do Sul.
331. Em 2016, iniciativas de mediação e observação eleitoral que Moçambique dirigiu, em nome da região, particularmente no Lesoto e RDC, assim como na Tanzânia, Seychelles e Zâmbia.
332. Realização em Moçambique da Reunião do Comité Ministerial do Órgão da SADC, em 2015, assim como, em 2016 a Reunião de Avaliação do Exercício continental AMANI África II em 2016, sob o Lema “Reforçando os Pilares da Arquitectura de Paz, Estabilidade e Segurança em África”.
333. Participação nas XXVIII, XXIX Sessões da Conferência da União Africana que decorreram sob o Lema “Aproveitamento do Dividendo Demográfico Através de Investimentos na Juventude”, e, na XXX em Janeiro de 2018, sob o Lema “Vencer a Luta Contra a Corrupção: Uma Via Sustentável para a Transformação de África”.
334. A participação, em 2017, na 5ª Cimeira da parceria União Africana-União Europeia, que se debruçou sobre o investimento na juventude em prol do desenvolvimento.
335. Participação em e 2015/16 nas 35ª e 36ª Cimeiras Ordinárias da SADC que se centraram na agenda de industrialização regional, assim como na 37ª Cimeira, em 2017, que debruçou-se sobre o desenvolvimento das cadeias de valor regionais no âmbito do processo de industrialização.
336. Nestes eventos, Moçambique venceu posições e interesses do país sobre os temas globais, continentais e regionais, projectou a imagem e partilhou os desenvolvimentos no país e participou da tomada de decisão sobre matérias, políticas e instrumentos legais em prol do renascimento e desenvolvimento do país, da região e do continente.
- No que se refere ao Objectivo Estratégico (iii): Reforçar a Cooperação Multilateral, são de realce as seguintes acções:**
337. Aprovação do Quadro de Cooperação da ONU com Moçambique (UNDAF) para o período de 2017-2020, que prevê a mobilização de 709.959.664,00 USD.
338. Aprovação do Projecto de Assistência da ONU no âmbito do Programa de Emergência de Apoio às Vítimas do Ciclone DINEO em Fevereiro 2017, no valor de 1.000.000,00 USD, bem como a assistência da ONU para o processo eleitoral 2018/2019.
339. Presidência por Moçambique da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 e presidência ao Comité de Candidaturas do Grupo Africano em Nova Iorque (2016/2017).
340. Adopção do Programa de Acção da Organização da Conferência Islâmica (OCI) 2016-2025, um instrumento que representa uma viragem no papel da Organização nos esforços dos Estados membros de promover um desenvolvimento inclusivo;

341. Adopção do Plano Estratégico da Commonwealth (2017-2021), que prioriza sectores socio-económicos para a cooperação.
342. Conclusão dos processos de revitalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Associação dos Países da Orla do Oceano Índico (IORA).
343. Ainda neste objectivo, foram mobilizados os seguintes financiamentos:
- i. 30 milhões de Euros para a finalização da reabilitação da estrada Milange - Mocuba;
 - ii. 50 milhões de Euros para o Apoio ao processo de paz (descentralização e DDR);
 - iii. 20 milhões de Euros para Apoio à Gestão das Finanças Públicas em; e
 - iv. 99 milhões de Euros vai para o Plano de investimentos Externo Europeu.
344. Aprovado pelo Conselho de Ministros conjunto ACP-UE, em Maio de 2018, da proposta de revisão do Anexo IC do Acordo de Cotonou que autoriza a utilização dos fundos da reserva geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para a implementação de programas referentes à iniciativa Spotlight (UE e ONU) sobre a prevenção e combate a violência contra as mulheres e raparigas, e da parceria global para a educação, nos montantes de 350 milhões de Euros e 75 milhões de Euros, respectivamente.

No concernente ao Objectivo Estratégico (iv): *Estimular a contribuição dos moçambicanos na diáspora no desenvolvimento nacional e fortalecer o apoio às comunidades moçambicanas no exterior, aos refugiados e requerentes de asilo no País*, destacam-se as seguintes realizações:

345. A realização em 2016 do Fórum da Diáspora e a Primeira Sessão do Conselho Consultivo das Comunidades, ambos eventos em Maputo, que juntaram representantes das comunidades moçambicanas no exterior, onde se pode realçar a participação de

moçambicanos qualificados e empresários com interesse em investir e contribuir no desenvolvimento económico e social do país que é deles também.

346. Apoio aos membros da comunidade moçambicana em Portugal;

347. Assistência aos estudantes que ingressaram ao ensino superior em Portugal e Cadastro dos moçambicanos vivendo em Portugal,

348. Assistência a 29 emigrantes moçambicanos no encaminhamento ou localização de familiares / parentes na diáspora, de um plano de 15, o que corresponde a uma realização de 193%.

349. Relativamente a protecção legal, assistência humanitária a Requerentes de Asilo e Refugiados (RAR's) no País, foram inscritos 84.668 Refugiados, tendo sido assistidos cerca de 94.986 RAR's, o correspondente a um grau de realização 109%;

350. A introdução do sistema biométrico de emissão de documentos de viagem para os RAR's.

Resultados dos acordos, protocolos e compromissos firmados

1. Alcançados níveis significativos de liberalização comercial em relação a implementação da Zona de Comércio Livre da SADC;
2. Reafirmada a validade e actualidade da Declaração e Plano de Beijing sobre o empoderamento da mulher e da rapariga;
3. Adoptado o Programa de Acção 2016-2026 que preconiza a cooperação para o combate a pobreza e alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis;
4. Adoptada a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos MNA sobre “Paz, Soberania e Solidariedade para o Desenvolvimento”;
5. Reforçadas as relações multilaterais a nível da União Africana;
6. Adoptada a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
7. Adoptado o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas;
8. Avaliada a implementação do Protocolo da SADC sobre armas de fogo, munições e outros materiais relacionados e outros instrumentos internacionais;
9. Aprovada a Declaração dos Chefes de Estado e Governo sobre o Relatório sobre Nova Visão Estratégica da CPLP;
10. Elaborada a Declaração da Dupla Troika da SADC/UE;
11. Aprovada a Estratégia e Roteiro de Industrialização na Região da SADC;
12. Aprovados dois projectos pelo Japão 2015/2016 para a área da Saúde;
13. Adoptado o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas.

III. ANÁLISE GERAL DO DESEMPENHO

351. A análise geral do desempenho é focalizada na análise do desempenho macroeconómico, do grau do cumprimento de 89 dos 91 indicadores do PQG e dos indicadores das acções estratégicas.

4.1 DESEMPENHO MACROECONÓMICO

352. O crescimento económico é o resultado das intervenções do Governo ao nível da prioridade 3, relativa ao aumento da produtividade e competitividade, e da prioridade 4, que consiste no desenvolvimento de infra-estruturas de suporte para a actividade produtiva, as quais são alicerçadas por um ambiente macroeconómico equilibrado e sustentável, conforme preconiza o pilar 2 do PQG 2015-2019.

353. O crescimento médio do **Produto Interno Bruto (PIB)** entre 2015 e 2018 foi de 4.4%. Estes resultados demonstram uma robustez da economia, considerando que no período em análise a política macroeconómica foi implementada num contexto de restrições de acesso ao financiamento externo.

Tabela 13. Indicadores Macroeconómicos (2014-2018)

Indicadores Macroeconómicos	2014	2015	2016	2017	2018	2015-2018
	(Ano Base)	Real	Real	Real	Real	Média
Taxa de Crescimento do PIB (%)	7,4	6,6	3,8	3,7	3,3*	4,4
Taxa de Inflação						
Média (%)	2,6	3,55	19,9	15,1	3,9	10,6
Acumulada (%)	1,9	10,6	25,3	5,7	3,5	
RIL (Meses de Cobertura de Importações)	4,1	3,8	3,6	7,3	6,8	5,4
Taxa de Câmbio (MT/USD)	30,7	38,3	72,7	59,7	61,4	58,0
Variação Acumulada %		24,8	89,8	-17,9	2,8	
Taxa de Câmbio (MT/RAND)	2,9	3,3	5,54	4,51	4,34	4,4
Variação Acumulada %			67,9	-18,6	-3,8	
Exportações (Milhões de USD)	3916	3413	3355	4725,3	3872*	3831,1**
Variação em %		-12,8	-1,7	40,8		
Importações (Milhões de USD)	7952	7577	4 814	5223,1	4483,3*	5871,4**
Variação em %		-4,7	-36,5	8,5		

Fonte: INE 2018, Banco de Moçambique e MEF (2017 e 2018).

*Dados até ao III Trimestre 2018.

**Média 2015-2017

354. Entre 2015 e 2018, a conjuntura macroeconómica mundial foi caracterizada pela contracção da actividade económica nas principais economias do mundo, ao se registar um abrandamento em relação a 2014, de 0.8pp em 2015 e 4.1 pp em 2018, o que teve reflexos negativos nas decisões de política externa dos países avançados, em particular no que

concerne à canalização de recursos para a ajuda oficial ao desenvolvimento e os fluxos do investimento directo estrangeiro para os países receptores, como é o caso de Moçambique.

355. A nível interno, os primeiros 02 anos da implementação do PQG foram condicionados pela ocorrência de por diversos factores adversos, sendo de realçar: (i) Tensão político-militar, que condicionou a actividade económica e social, e a realização de investimentos; (ii) Ocorrência de calamidades naturais, com maior realce para as cheias e inundações nas zonas centro e norte, ciclones, seca e estiagem, na zona sul; (iii) Suspensão do apoio directo dos parceiros, na modalidade de Apoio Geral ao Orçamento e apoio a projectos; (iv) Redução do Investimento Directo Estrangeiro; e (v) Depreciação do Metical e Redução das Reservas Internacionais Líquidas; (v) Aumento do serviço da dívida pública externa.
356. A conjuntura económica, política e social actual mostra-se favorável para a recuperação gradual da economia, fundamentalmente devido aos seguintes factores:
- v. Manutenção da paz e da estabilidade política e social;
 - vi. Franca recuperação da economia e do tecido social dos impactos das calamidades naturais;
 - vii. Estabilidade macroeconómica interna e externa, traduzida pela desaceleração da inflação e estabilidade do Metical, contrariando a tendência registada no ano 2016, caracterizada pelo fortalecimento do dólar no mercado internacional;
 - viii. Redução dos custos de investimentos com a redução generalizada das taxas de juro.
357. Decorrente da suspensão do apoio geral ao orçamento, decretada pelos parceiros de cooperação a partir de 2016 e do aumento do serviço da dívida pública, a promoção do crescimento económico exigiu do Governo:
- (i) Focalização de acções governativas na promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável, através da concentração de recursos nas áreas prioritárias (Agricultura, Turismo, Infra-estruturas e Energia), com vista assegurar maior dinamismo destes sectores;
 - (ii) Focalização de investimentos na implementação de acções estratégicas que visam acelerar o cumprimento do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019;
 - (iii) Consolidação fiscal, visando assegurar a sustentabilidade orçamental, controlo e redução de riscos fiscais e;
 - (iv) Maior coordenação de políticas monetárias e fiscal com vista a regulação da liquidez nos níveis adequados ao crescimento da actividade económica.
358. Não obstante a conjuntura interna e externa desfavorável que ditou a implementação de políticas monetária e fiscal restritivas, nos últimos 4 anos, Moçambique a 4^a economia a nível dos países da SADC que mais cresce na região, seguindo a Tanzânia, Seychelles e Congo Democrático (RDC).

Tabela 14: Evoluão da Economia da SADC (2014-2017)

Produto Interno Bruto (PIB) dos países da SADC (%)	2014 (Ano base)	2015	2016	2017	2018	Média 2015-2018
África do Sul	1,5	1,3	0,3	1,3	1,3	1,1
Angola	4,8	3,0	0,6	0,7	-0,1	1,1
Botswana	3,2	-0,3	3,1	2,2	4,6	2,4
Congo Democrático (RDC)	9,5	6,9	3,9	3,4	3,8	4,5
Lesotho	3,4	2,8	2,4	3,1	0,8	2,3
Madagascar	3,3	3,1	4,1	4,1	5,0	4,1
Malawi	5,7	2,9	2,7	4,0	3,3	3,2
Maurícias	3,6	3,5	3,5	3,9	3,9	3,7
Moçambique	7,4	6,6	3,8	3,7	3,3*	4,4
Namíbia	6,5	5,3	4,2	-1,2	1,1	2,4
Seychelles	6,2	5,7	4,9	4,2	3,6	4,6
Swazilândia	2,5	1,7	0,5	0,2	N/d	0,8
Tanzânia	7,0	7,0	7,2	6,0	5,8	6,5
Zâmbia	5,0	3,0	3,0	3,6	3,8	3,4
Zimbabwe	2,8	1,4	0,7	3,0	3,6	2,2
África Sub-sahariana	5,0	3,3	1,6	2,8	2,9	2,7

Fonte: FMI, World Economic Outlook (WEO) Database.

*Dado até ao III Trimestre 2018.

359. Refira-se que durante o período em análise, maior parte dos países da região enfrentou um abrandamento das suas economias, devido a redução dos preços das matérias-primas a nível internacional e a seca severa que atingiu vários países incluindo Moçambique.

Inflação

360. Depois de uma tendência de agravamento de preços entre 2015 e 2016, influenciada essencialmente por uma conjugação de choques internos e externos, nomeadamente: (i) Cheias e inundações nas zonas norte e centro do País, e seca na zona sul, que resultaram na redução da produção de culturas agrícolas de curto ciclo; (ii) Restrição da circulação de pessoas e bens devido a tensão político-militar do País na zona centro; (iii) Depreciação do Metical, em 2017 e 2018 observou-se uma tendência de desaceleração da inflação, para um nível acumulado de 5.7% e 3.5%, respectivamente, contra 25.3% registado em Dezembro de 2016.

Comércio Externo

361. No período em análise, registou-se uma tendência generalizada de redução dos preços das principais mercadorias no mercado internacional, cujo impacto foi misto para a economia moçambicana, uma vez que no caso dos bens importados, a sua redução diminuiu os custos e a saída de divisas, enquanto a redução dos preços dos bens que o País exporta, reduz as receitas de exportação.

362. O quadro seguinte mostra o comportamento dos preços das principais mercadorias e a tendência das transações comerciais entre Moçambique e o Resto do Mundo, de onde depende-se que existe uma forte correlação entre o preço das mercadorias e o desempenho das exportações e importações do país.

Tabela 15. Preços Médios das Principais Mercadorias (USD) Vs Exportações e Importações (Milhões USD)

Evolução dos Preços Médios das Principais Mercadorias (USD)	2014 (base)	Média (2015-17)	Var. (%) Média vs 2014		2014 (base)	Média (2015-17)	Var. (%) Média vs 2014	
			Exportador	Importador			Exportações	Importações
COMBUSTÍVEIS								
Petróleo Bruto/Crude (barril)	97,6	49,0		(-49.8%)	1191,2	641,5		↓(-46.2%)
Gás Natural (milhão unid. métricas)	10,2	5,6	(-45%)		339,9	303,1	↓(-10.8%)	
Carvão Térmico (ton. métrica)	63,9	72,0	(12.7%)		501,0	927,2	↑(85.1%)	
Produtos Agrícolas								
Arroz Thai 25% (ton.)	377,0	406,4		(7.8%)	192,3	167,5		↓(-12.9%)
Trigo (ton.)	267,8	161,5		(-39.7%)	145,2	116,0		↓(-20.1%)
METAIS								
Alumínio (ton. métrica)	1867,4	1732,3	(-7.2%)		1052,3	930,3	↓(-11.6%)	
OUTROS PRODUTOS								
Açúcar (kg.)	0,25	0,35	(-0,4)		81,3	78,80	↓(-3.1%)	
Camarão (Kg)	16,6	12,4	(-25.5%)		42,5	21,0	↓(-50.6%)	
Madeira em toro (m³)	282,0	278,5	(-1.2%)		21,9	10,1	↓(-53.9%)	
Madeira serrada (m³)	897,9	785,9	(-12.4%)		124,4	41,2	↓(-66.9%)	
Banana (ton. métrica)	931,9	1021,3	(9.6%)		49,4	33,8	↓(-31.6%)	
Algodão (kg)	83,1	62,5	(-24.7%)		80,6	24,8	↓(-69.2%)	
Varição Global							↓(-2.4%)	↓(-26.5%)

Fonte: FMI/FAO/BM

363. Tendo como base o ano 2014, o impacto da queda dos preços internacionais foi mais severo do lado das importações, ao registar-se de 2015 a 2017, em média, uma redução de 26.5% contra a queda de 2.4% registada nas exportações.
364. Em 2015 e 2016, a diminuição das receitas de exportações e do Investimento Directo Estrangeiro teve impacto no desgaste das reservas internacionais. No entanto, a partir de 2017, a posição das reservas internacionais líquidas melhorou substancialmente, cobrindo nos finais de 2018 cerca de 6.8 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações de grandes projectos, contra os 4.1 meses de cobertura registados em 2014.

Desempenho Face as Metas de Convergência Macroeconómica da SADC

365. Durante o período 2015 - 2018 o desempenho global de Moçambique face as metas de convergência macroeconómica da SADC não foi satisfatório, tendo-se registado incumprimentos nos indicadores primários (Inflação Média Anual - 2016 e 2017, Saldo Fiscal em % do PIB e Dívida Pública em % do PIB), bem como nos indicadores secundários de convergência (crescimento económico e saldo em conta corrente), excluindo meses de cobertura que mostraram uma recuperação nos anos 2017 e 2018.
366. A inflação média anual flutuou a dois dígitos em 2016 e 2017, tendo atingido 19.9% em 2016 e um abrandamento em 2017, para 15.1%, ou seja, a 8.1 pp acima do limite superior de convergência da região. Em relação a este indicador, em 2018, o País voltou a entrar nos parâmetros da convergência, com uma inflação média de 3.9%. O incumprimento da meta do Défice Fiscal é histórico, sendo 2015 (1.9% do PIB) o único período em que o País superou o limite regional de 3%. A meta da dívida foi cumprida somente em 2014 (ano

base), quando o rácio se situou em 48.5% do PIB, tendo este ascendido para 112% do PIB em 2017, colocando o País em incumprimento por 52 p.p.

Tabela 16: Indicadores Primários de Convergência Macroeconómica da SADC

País	Inflação Média Anual					Saldo Fiscal em % do PIB					Dívida Pública em % do PIB				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Moçambique	2.6	3.6	19.9	15.1	3.9	7.9	1.9	5.7	6.1	6.2	48.5	73.3	102.3	112.0	
Média da SADC	5.8	5.9	10.7	9.8		2.3	3.0	5.2	4.0		36.9	43.2	46.7	52.1	
Meta de Convergência (2013-2018)	3-7% de Inflação até 2018					Défice Inferior a 3%					Inferior a 60% do PIB				

367. No que diz respeito aos indicadores secundários, à semelhança de muitos outros Estados-Membros, o País esteve muito aquém das metas de convergência regional. De 2015 a 2018, a taxa de crescimento média situou-se em 4.4%, isto é, 2.6 p.p abaixo do limite de convergência que é de 7%, e incumprimento da meta do saldo em conta corrente tem sido cíclico. No que diz respeito à cobertura de reservas internacionais, depois dos anos 2015 e 2016, períodos em que o país não conseguiu assegurar reservas para cobrir pelo menos 6 meses de importações, em 2017 e 2018, as reservas aumentaram substancialmente.

Tabela 17: Indicadores Secundários de Convergência Macroeconómica da SADC

País	Meses de Cobertura de Importações					Crescimento Real do PIB					Saldo em Conta Corrente				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Moçambique	2.8	2.7	3.0	7.3	6.8	7.4	6.6	3.8	3.7	3.3	33.5	38.6	35.4	19.4	17.3
Média da SADC	4.6	5.1	5.2	6.1		4.9	3.6	2.8	3.6		5.7	8.2	6.2	7.4	
Meta de Convergência (2013-2018)	Superior a 6 meses					Superior a 7%					Inferior a 3% do PIB				

4.2 DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PQG 2015-2019

368. O PQG 2015-2019 define 91 indicadores de produto e de resultado, no entanto, dado que 9 indicadores dependem de informação que ainda não está disponível, estes não foram avaliados pelo que a análise foi feita com relação a 82 indicadores.

369. De uma forma geral, pode-se constatar através do quadro abaixo, que dos 82 indicadores do PQG 2015-2019 avaliados, o grau de desempenho durante os 4 anos indica que:

- 46% dos indicadores tem um progresso satisfatório, dos quais 27 atingiram a meta;
- 14% registaram um desempenho razoável, havendo potencialidades para o cumprimento da meta;
- 30% apresentam uma realização baixa, inferior a 50%, representando um risco de incumprimento.

Quadro 18. Avaliação Geral de Desempenho

Grau de Realização	Nº de Indicadores/Metas	PQG 2015 -2018
Execução igual ou acima de 80%	42	46%
Execução de 50% a 79%	13	14%
Execução de 0% a 49%	27	30%
Total	82	90%
Indicadores não Avaliados	9	10%
Total Indicadores	91	100%

370. A análise por prioridade e pilar, demonstra que a prioridade III, referente à Promoção do Emprego e Melhoria da Produtividade e Competitividade e o Pilar I, Consolidação do Estado de Direito Democrático, Boa Governação e Descentralização, apresentaram o melhor desempenho. Enquanto a prioridade II, referente ao Desenvolvimento do Capital Humano e o Pilar II, Promoção do Ambiente

Macroeconómico Equilibrado e Sustentável, apresentaram baixo desempenho, revelando desafios e constrangimentos para o cumprimento das metas.

Quadro 19. Avaliação Geral de Desempenho por Prioridade e Pilar

PRIORIDADE/PILAR DE APOIO	Nº de Indicadores	execução igual ou superior a 80%	execução de 50% a 79%	execução de 0% a 49%	Não avaliados
PRIORIDADE II - DESENVOLVER O CAPITAL HUMANO	36	44%	11%	36%	8%
PRIORIDADE III - PROMOVER O EMPREGO E MELHORAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETIVIDADE	17	69%	19%	13%	0%
PRIORIDADE IV - DESENVOLVER INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS	9	50%	13%	38%	0%
PRIORIDADE V - ASSEGURAR A GESTÃO SUSTENTÁVEL E TRANSPARENTE DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE	10	50%	20%	30%	0%
PILAR I - CONSOLIDAR O ESTADO DE DIRETO DEMOCRÁTICO, BOA GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	11	56%	22%	22%	0%
PILAR II - PROMOVER UM AMBIENTE MACRO-ECONÓMICO EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL	8	17%	17%	67%	0%
TOTAL	91	42	13	27	9
% DO TOTAL		46%	14%	30%	10%

371. No cômputo geral, o desempenho da acção governativa foi influenciado pela conjuntura interna e externa desfavorável para o investimento, cujos efeitos contribuíram para a redução da disponibilidade de recursos e capacidade de execução de projectos de infra-estruturas.

4.3 DESEMPENHO DAS ACÇÕES ESTRATÉGICAS

372. A análise das acções estratégicas do PQG 2015-2019 indica que das 382 acções avaliadas:

- 46% (222) acções foram concluídas;
- 32% (155) em curso;
- 1% (4) acções ainda não foram iniciadas.

Quadro 20. Desempenho das Acções Estratégicas

Nº	Sector	Acções Estratégicas (2015-2019)	Estágio				Sem informação
			Concluídas	Em curso	Paralisadas	Não Iniciadas	
1	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	23	7	16			
2	Ministério das Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos	40	8	25		1	6
3	Ministério dos Transportes e Comunicações	13	6	6			1
4	Ministério da Cultura e Turismo	21	21				
5	Ministério do Género Criança e Acção Social	11	9	2			
6	Ministério dos Combatentes	3	3				
7	Ministério do Mar Águas Interiores e Pescas	16	7	5		2	2
8	Ministério dos Recursos Minerais e Energia	18	9	8			1
9	Ministério da Economia e Finanças	41					41
10	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	26	24				2
11	Ministério do Interior	12	6	6			
12	Ministério da Juventude e Desporto	14	11	2			1
13	Ministério da Administração Estatal e Função Pública	43	17	16			10
14	Ministério da Defesa Nacional	6	5				1
15	Ministério da Justiça Assuntos constitucionais e Religiosos	25	1	16			8
16	Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e Técnico Profissional	17	6	9			2
17	Ministério Trabalho, Emprego e Segurança Social	30	20	4	1		5
18	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	44	29	8			7
19	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar	18	12	3			3
20	Ministério da Saúde	19	11	8			
21	Ministério da Indústria e Comércio	34	3	19			12
22	GABINFO	11	7	2		1	1
TOTAL DE ACÇÕES		485	222	155	1	4	103
TOTAL (%)			46%	32%	0%	1%	21%

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

373. O balanço da implementação do PQG indica que 60% dos indicadores do PQG tiveram uma realização satisfatória, como resultado da implementação integral de 222 acções estratégicas e realização parcial de 155 acções, num contexto de limitado acesso ao financiamento externo.

374. O desempenho dos indicadores macro-económicos situou-se fora dos parâmetros inicialmente previstos no PQG, mas demonstra sinais de resiliência e recuperação económica do país, face ao ambiente interno e externo desfavorável.

375. A Consolidação da Unidade Nacional, a Paz e Soberania constitui um resultado fundamental alcançado na presente governação, condição imprescindível para a estabilidade económica, política e social.

376. A racionalização das despesas de funcionamento em todos os sectores e a focalização do investimento nas áreas chaves e nas acções que visam a aceleração do PQG, permitiu reverter o ritmo lento de realização do Programa, que se observou nos primeiros 02 anos.

V. LIÇÕES APRENDIDAS COM A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIA DO PQG 2015-2019

377. Os resultados da avaliação da implementação do PQG revelam que ainda prevalece a necessidade de se aprimorar os instrumentos de planificação e orçamentação (indicadores, metas), uma vez que parte significativa dos indicadores do PQG 2015-2019, cujas metas não serão atingidas, resultam de uma planificação da meta quinquenal sem se basear no diagnóstico realístico do ano de partida (ano base 2014) e/ou pelo facto de a meta planificada não ter em conta as reais capacidades do sector.

378. A análise da execução das metas do PQG revelou falta de clareza se as metas planificadas no PQG são metas quinquenais, isto é, meta para os 05 anos (2015 a 2019), ou se a mesma corresponde à meta do último ano do quinquénio (meta do ano 2019). Esta situação poderia ter sido clarificada se no momento da programação os indicadores tivessem as notas técnicas, que explicam o significado do indicador e a forma como este será medido. No geral, para efeitos de consistência da programação, afigura-se importante e imprescindível, a apresentação de metas indicativas para os anos intermédios do PQG, cuja abordagem ao ser considerada nos próximos instrumentos, permitiria uma melhor visualização da meta do quinquénio incluindo o esforço anual necessário para o seu alcance.

379. Para uma melhor orientação dos Governos provinciais e Distritais, rumo ao alcance dos objectivos plasmados nos programas quinquenais, as unidades territoriais devem ter metas quinquenais específicas e alinhadas aos objectivos do PQG.

380. Os resultados da análise do desempenho provincial sugerem que esforços, na forma de assistência técnica, particularmente na programação anual serão necessários para se assegurar que as províncias melhorem o alinhamento entre o PES provincial e o Programa Quinquenal do Governo, tendo como enfoque a utilização dos indicadores de âmbito Provincial como base para orientação do processo de planificação e de orçamentação em cada província.

381. A monitoria da execução do PQG revelou com base nas razões que fundamentam a baixa execução de projectos de investimento, a necessidade de se imprimir maior celeridade na obtenção do visto do Tribunal Administrativo; maior responsabilização aos empreiteiros desonestos que paralisam ou abandonam obras públicas; maior responsabilização aos funcionários e agentes do Estado que não observam as regras de gestão orçamental, designadamente, o pagamento do valor total da obra antes da sua conclusão, situação que resulta na baixa qualidade da execução, bem como incentiva o abandono das obras pelos empreiteiros.

382. Tendo em conta o esforço necessário empreender, com vista o alcance das metas do PQG, há ainda necessidade de se assegurar maior racionalização das despesas de funcionamento e maior focalização dos investimentos, priorizando dentre os projectos em curso, aqueles de maior impacto económica e social.

383. O Balanço do PQG revelou que para o sucesso na implementação do Programa requer:
- i. **Consolidação da unidade nacional, a paz e soberania como** condições imprescindíveis para a estabilidade económica, política e social;
 - ii. Implementação de acções estratégicas que garantam o **aumento da produção e produtividade;**
 - iii. **Redução da vulnerabilidade das comunidades, da economia e das infra-estruturas aos riscos climáticos,** dada a localização geográfica que expõe o País às mudanças climáticas, e a ocorrência de calamidades naturais com maior frequência e intensidade;
 - iv. **Consolidação da racionalização das despesas de funcionamento em todos os sectores e expansão do investimento** nas áreas de Agricultura, Infra-estruturas, Turismo e Energia, sectores chaves para impulsionar o crescimento económico;
 - v. **Aumento da disponibilidade de recursos para o financiamento dos projectos do PQG garantindo a sustentabilidade da dívida pública,** dada a limitação das Receitas do Estado e a suspensão do apoio dos parceiros de cooperação;
 - vi. **Melhoria dos processos de planificação, execução, monitoria e avaliação, a todos os níveis,** de modo a, focalizar as acções do PQG nos planos operacionais (PES e OE) a todos os níveis, com vista a consolidação da abordagem de planificação integrada;
 - vii. **Garantia do funcionamento do Comité de Supervisão e Avaliação de Projectos Públicos de Investimento,** com vista assegurar a selecção criteriosa dos projectos de investimento e a priorização na afectação e libertação de fundos do tesouro;
 - viii. **Melhoria da administração e gestão de projectos de investimento, assegurando:**
 - Maior celeridade na elaboração de projectos executivos, lançamento dos concursos e obtenção de vistos do Tribunal Administrativo;
 - Maior responsabilização dos gestores, empreiteiros e fiscais de obras públicas;
 - ix. **Capacitação institucional a todos os níveis (central, provincial e distrital),** em matérias de planificação, orçamentação, execução, monitoria e avaliação.